

Temas Económicos

Número 37

Janeiro de 2016

Desafios e oportunidades para a Ilha Terceira

**Estudo sobre o impacto da redução de efetivos
na Base das Lajes**

GEE

Rua da Prata, nº 8 1149-057 Lisboa

Tel.: (351) 217921372

Fax: (351) 217921398

Web Site: www.gee.min-economia.pt

ISSN 1647-6204

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	2
INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I: DIAGNÓSTICO.....	9
I.1. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA ILHA TERCEIRA	9
I.2. IMPACTO DA REDUÇÃO DE PESSOAL NA BASE DAS LAJES	17
I.3. OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA DA ILHA TERCEIRA	24
PARTE II: PROPOSTA DE ATUAÇÃO.....	35
II.1. OPORTUNIDADES: MEDIDAS A IMPLEMENTAR.....	35
II.1.1. CURTO E MÉDIO PRAZO	35
II.1.2. MÉDIO E LONGO PRAZO.....	41
PARTE III: CONCLUSÕES	50
Anexo 1: Participação de <i>Stakeholders</i>	51
Anexo 2: Análise de Sensibilidade ao Impacto Económico	52
Anexo 3: <i>Benchmarking</i> de Situações Similares.....	55
Bibliografia.....	60

Sumário executivo

No início de 2015, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) reiterou a sua intenção de continuar a redução de efetivos presentes na Base das Lajes. O primeiro anúncio formal ocorreu em Novembro de 2012, prevendo uma redução dos efetivos em 64%, passando de 1.583 para 573 (menos 592 civis e militares norte-americanos e menos 418 portugueses). Contudo, o Governo norte-americano pretende manter as prerrogativas de utilização militar, ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, estabelecido em 1995.

Esta redução, a confirmar-se, terá um impacto económico negativo na Ilha Terceira, em particular num contexto de recuperação económica de uma crise prolongada, repercutindo-se diretamente no nível de vida de 56 mil pessoas (total da população). Assim, a estratégia económica a adoptar na ilha exige um cuidado redobrado de forma a não condicionar o seu futuro.

Estima-se que a diminuição da presença norte-americana nas Lajes possa resultar numa redução total de 1.328 empregos portugueses (assumindo a eliminação de 500 empregos diretos de portugueses), o que equivale a 5,9% da população total empregada da ilha Terceira.

Esta diminuição de efetivos implicará também, a curto-médio prazo, a redução para zero do número de acompanhantes dos militares e civis norte-americanos. Desde Agosto de 2013 que os EUA estão a implementar novas regras de rotação de pessoal militar nas Lajes, o que a prazo irá implicar a ausência total de familiares que acompanham os acompanhados. À data estavam identificados 528 familiares dependentes, valor que em abril de 2015 se reduziu apenas para 122 familiares dependentes.

O impacto total na economia da Terceira será significativo¹, incluindo um impacto fiscal negativo via coleta de IRS e de IVA. A este valor acrescerá ainda um efeito negativo relativo a contribuições para a Segurança Social.

É importante salientar que os valores relativos ao impacto da redução de efetivos são ainda provisórios, sendo necessária a sua permanente atualização em função dos resultados das negociações entre o Governo de Portugal e o Governo dos EUA.

Ainda neste âmbito, realça-se que o efeito estimado deverá também contemplar o impacto ambiental da presença militar norte-americana. O cálculo deste impacto concreto necessita de uma avaliação técnica e económica integral, face a atuais e futuras utilizações da Base bem como dos seus restantes equipamentos².

O caso da Terceira é ainda agravado pelas suas especificidades, a insularidade e pequena dimensão geográfica, e características demográficas e económicas, o que dificulta a procura de

¹ As estimativas totais do impacto não são publicados para evitar condicionar eventuais negociações entre o Governo de Portugal e dos Estados Unidos da América.

² As estimativas realizadas pelo Governo dos Açores, baseadas em pareceres das autoridades norte-americanas, apontam para um impacto ambiental que pode ultrapassar os USD 1.500 M, o que equivale a um esforço financeiro de cerca de 100 milhões de USD/ano durante 15 anos, num cenário de demolição e descontaminação de infraestruturas nas Lajes.

alternativas profissionais e de fontes de rendimento para os trabalhadores e para as empresas da ilha.

A forma de lidar com estes potenciais efeitos negativos passa pela implementação de medidas prioritárias, pelas autoridades portuguesas e norte-americanas, que permitam à Terceira enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, nomeadamente o fim das quotas na produção de leite na UE e a liberalização das trocas com os EUA e o Canadá.

O futuro da economia da Terceira não depende apenas do que venha a acontecer na Base das Lajes. Os principais agentes terceirenses identificam os sectores do turismo, da agropecuária, dos transportes, da pesca e aquicultura, da biotecnologia e o desenvolvimento de qualificações, como sectores estruturantes da sua economia e que podem potenciar e garantir o desenvolvimento socioeconómico da ilha, nomeadamente da sua população jovem e das suas mais de 6 mil empresas.

Desafios e oportunidades

A Terceira defronta-se com uma série de desafios, mas também de oportunidades, que vão para além da redução da presença norte-americana na Base das Lajes. Este relatório identifica **10 áreas de intervenção**, e propõe medidas concretas de atuação, baseadas num exaustivo processo de recolha de informação e de auscultação de diversas entidades e personalidades de reconhecido mérito e importância local.

As medidas visam precisamente aumentar as alternativas disponíveis para a sociedade terceirense. **O principal desafio assenta na capacidade da economia da Terceira se reorientar para o exterior**, de forma a ultrapassar as limitações naturais associadas ao facto de ser uma ilha e de ter um mercado local de pequena dimensão.

As propostas darão respostas imediatas que permitirão atenuar os efeitos negativos da redução de efetivos nas Lajes, criando condições para que exista uma alteração estrutural da sua economia.

AS OPORTUNIDADES: MEDIDAS A IMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar o futuro dos trabalhadores2. Dinamizar o uso do imobiliário libertado na Base das Lajes3. Promover a Terceira junto de investidores4. Potenciar a liberalização do espaço aéreo dos Açores5. Alavancar os fundos Portugal 20206. Afirmar o turismo como um motor do crescimento7. Canalizar investimento para a pesca e aquicultura8. Transformar o sector agropecuário9. Desenvolver novas atividades ligadas ao mar10. Implementar uma cultura empreendedora
--	---

A proposta de atuação inclui, entre outras, as seguintes medidas:

- **Apoiar os trabalhadores portugueses que possam ser abrangidos pela redução de efetivos nas Lajes**, atenuando o impacto nos rendimentos familiares e proporcionando-lhes novas condições de base para o seu futuro profissional:
 - I. Levantamento do quadro de pessoal português que trabalha na Base das Lajes (directo e indirecto) e dos apoios ao nível de subsídio de desemprego e de pensões, podendo os primeiros totalizar até 30 M€ (a que acrescem indemnizações por rescisão de contratos que poderão ultrapassar 25 M€ da responsabilidade do EUA).
 - II. Reunião com o FEG – Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização – da Comissão Europeia para avaliar a possibilidade de efetuar uma candidatura do Governo Regional dos Açores ao Fundo, com o apoio técnico do Instituto de Emprego e Formação Profissional. O valor deste apoio a 500 trabalhadores desempregados poderá rondar 5 M€, se for assumido um apoio *per capita* de 5 mil euros, similar ao praticado em apoios concedidos anteriormente.
 - III. A transição para o mercado de trabalho nacional dos trabalhadores portugueses a dispensar, apoiada conjuntamente pelos EUA e Portugal, incluindo a Região Autónoma, através de um processo assistido de certificação de formação e qualificações profissionais.
 - IV. Os trabalhadores portugueses que forem despedidos poderão concorrer, em condições preferenciais, pelo período de um ano, a vagas que venham a ser abertas pelo Comando norte-americano para contratados locais.
 - V. Em paralelo, estão disponíveis apoios ao nível das políticas ativas para o mercado de trabalho, como a formação para reconversão profissional, incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, ou acesso a bolsas de estudo. Neste âmbito, destacam-se os apoios abrangidos pelo Portugal 2020 e o financiamento através da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ).

- **Aproveitamento de parte do imobiliário libertado pelos EUA na Base das Lajes**, como armazéns ou habitações unifamiliares (avaliados em cerca de 75 M€), o efeito imediato no sector da construção por via da sua reconversão, irá atenuar os efeitos negativos da eventual redução da presença norte-americana.

- Apoio da **Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) na promoção da Terceira e dos Açores junto de investidores**:
 - I. Preparação de apresentação geral sobre os Açores / Ilha Terceira e de dossiers comerciais temáticos (e.g. agroindústria, mar) para atrair investidores.
 - II. Apresentação a investidores japoneses sobre potencialidades dos Açores para exploração de aquacultura e pesca.
 - III. Estabelecimento de contactos com potenciais parceiros para o desenvolvimento de turismo de saúde e para um negócio de *hub* para *transshipment* de mercadorias de maior valor no Atlântico Norte, reduzindo significativamente os dias necessários para transporte entre Europa e América.

- A liberalização do espaço aéreo dos Açores criou condições para o aumento do número de voos, abrindo possibilidade da Ilha Terceira **reforçar a utilização civil da Base das Lajes e de atrair novas companhias aéreas:**
 - I. A Força Aérea Portuguesa garante que o aumento do número de voos civis nas Lajes é compatível com a sua utilização militar.
 - II. O interesse demonstrado por algumas companhias em voar para o arquipélago, já concretizado pela *Easyjet* e *Ryanair* nas ligações a S. Miguel, terão um efeito imediato muito positivo ao nível das atividades económicas associadas ao sector do Turismo.
 - III. O aumento previsto, dos voos da SATA para o Continente e para a América do Norte, reforçará o efeito positivo ao nível da atividade económica.
 - IV. O reforço dos serviços de assistência técnica a aviões é facilitado.

A **implementação de outras medidas** que, numa perspetiva de médio e longo prazo, abordem os problemas estruturais da Terceira e a necessidade de maior abertura ao exterior:

- **Alavancar os 1.440 M€ previstos no Portugal 2020** que os Açores têm ao seu dispor, em conjunto com o acesso a fundos adicionais como os do Programa Horizonte 2020 e FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca, usando diferentes instrumentos de suporte financeiro (linhas de crédito garantido, instituição financeira de desenvolvimento, capital de risco) para envolver os agentes económicos da Terceira em:
 - I. Reforço da ligação entre a Terceira e as restantes ilhas, fomentando os transportes e o turismo.
 - II. Desenvolvimento das ligações económicas com a Europa, América e África, potenciando os laços com as comunidades emigrantes e aproveitando o suporte do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.
 - III. Implementação de cultura empreendedora e orientada para a exportação.
 - IV. Apoio aos setores transacionáveis fomentando o seu crescimento nos mercados externos.
 - V. Aproveitamento e melhoramento das infraestruturas existentes na ilha.
- **Afirmar o turismo como um motor de crescimento económico**, aproveitando as especificidades e a capacidade hoteleira instalada na Terceira, potenciando a liberalização do espaço aéreo, usando os canais digitais e introduzindo o destino Açores com ligações inter-ilhas mais acessíveis.
- **Transformar o sector agropecuário**, aumentando a dimensão das explorações, potenciando a ligação à investigação, valorizando a produção, diversificando produtos pela transformação e qualidade, apostando em outros sectores como a produção de hortofrutícolas, vinho e floricultura, conquistando novos mercados.
- **Canalizar investimento para a pesca e avaliar o potencial de mercado de:**
 - I. Espécies migratórias, abrangidas pela extensão da plataforma continental de 200 para 350 milhas.

- II. Potenciar a exploração da aquacultura, preparando zonas marítimas para concessão à indústria e atraindo investidores com experiência adquirida, como, por exemplo, empresas norueguesas, japonesas ou chinesas.
- **Desenvolver novas atividades ligadas ao mar:**
 - I. Implementação do projeto COSTA, associando um investidor privado ao Porto de Praia da Vitória e integrando a rede europeia de portos e cabotagem, para o fornecimento de Gás Natural Liquefeito a navios que naveguem no Atlântico.
 - II. Aproveitamento de instalações portuárias para apoio ao desenvolvimento da atividade exportadora, das ligações com as outras ilhas, de assistência técnica a navios e de interface logístico no transporte de pessoas e mercadorias dentro dos Açores e no Atlântico Norte.
 - III. Instalação de terminal de cruzeiros.
 - IV. Náutica de recreio e atividades de mergulho.
 - V. Desenvolvimento para o mercado de materiais com origem marítima para aplicação na biomedicina, farmacêutica ou cosmética, potenciando a ligação entre as entidades a instalar no Parque Tecnológico da Terceira e as empresas.
 - **Implementar uma cultura empreendedora e orientada para a exportação:**
 - I. Promover as infraestruturas existentes, como o Aeroporto das Lajes e o Porto de Praia da Vitória, aproveitando a recente redução de taxas de utilização.
 - II. Dinamizar os serviços tecnológicos de apoio à economia, fomentando a criação de novas empresas nas áreas agrícola, ambiental ou de biotecnologia.
 - III. Formar para o empreendedorismo e facilitar o acesso ao financiamento.
 - IV. Canalizar apoios fiscais para atrair jovens empreendedores da diáspora.

Introdução

No início de 2015, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) reiterou a intenção de reduzir o efetivo presente na Base das Lajes (dando seguimento ao primeiro anúncio formal, em novembro de 2012), mantendo, contudo, as prerrogativas de utilização militar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, estabelecido em 1995.

Esta decisão poderá implicar uma redução substancial do número de efetivos norte-americanos e o menor recurso a civis portugueses em tarefas de apoio. Apesar de não haver ainda uma decisão definitiva sobre a dimensão da futura presença militar norte-americana nas Lajes, a intenção manifestada pelas autoridades norte-americanas pode representar uma redução de 592 norte-americanos militares e civis (de 760 para 168), e de 418 civis portugueses (de 823 para 405).

A confirmar-se, esta redução em 64% no número de trabalhadores portugueses e norte-americanos da Base, de 1.583 para 573, conjugada com os efeitos indiretos ao nível da contratação de serviços, aluguer de casa e compra de bens, terá um impacto económico significativo na Ilha Terceira, repercutindo-se negativamente no nível de vida da população local.

Este efeito seria agravado pelo facto de a Terceira ser uma ilha, o que limita as possibilidades de os trabalhadores portugueses afetados pela redução encontrarem uma alternativa profissional. O quadro seguinte mostra que as Lajes são uma das principais bases norte-americanas na Europa, a sétima em termos de emprego e despesas na economia local, no total de 20 bases aéreas.

Quadro 1 – Emprego e Despesa na economia local associada às 8 principais bases aéreas norte-americanas na Europa em 2013

	Emprego Directo*				Emprego Indirecto**	TOTAL Emprego	Despesa na Economia Local (M €)
	Militares		Civis				
	Oficiais	Alistados	Americanos	Nacionais			
	N.º						
Reino Unido							
RAF Lakenheath	541	3.997	1.125	877	2.175	8.715	626,3
RAF Mildenhall	338	2.952	361	694	1.408	5.753	372,2
Alemanha							
Ramstein	1.445	7.707	3.879	3.348	5.749	22.128	1478,4
Spangdahlem	264	3.022	733	783	1.601	6.403	423,5
Itália							
Aviano AB	325	3.095	616	912	1.645	6.593	419,3
Turquia							
Incirlik AB	118	1.178	238	414	655	2.603	179,1
Izmir AS	5	41	2	67	43	158	10,4
Portugal							
Lajes Field	67	562	140	1.031	685	2.485	167,6

* Membros da Força Aérea americana e funcionários que trabalhem no local.

** Empregos criados por empresas privadas que operam nas comunidades locais.

Fonte: USAFE

O futuro da economia da Terceira não depende, no entanto, apenas do que venha a acontecer na Base das Lajes. Os principais agentes terceirenses identificam áreas os setores do turismo, da agropecuária, dos transportes, da pesca e aquicultura, da biotecnologia e o desenvolvimento de qualificações, como sectores estruturantes da sua economia e que podem potenciar e garantir o desenvolvimento socioeconómico da ilha, nomeadamente da sua população jovem e das suas mais de 6 mil empresas.

Neste sentido, o presente relatório constitui uma abordagem completa e integrada aos desafios e oportunidades da economia da Terceira, permitindo identificar propostas de atuação para potenciar o

desenvolvimento da Ilha Terceira, o aumento do nível de vida da sua população e fazer face à eventual redução de efetivos na Base das Lajes.

Estrutura do estudo

A primeira parte do estudo avalia o efeito da possível alteração da presença norte-americana. A sua elaboração assenta na informação recolhida junto dos principais *stakeholders*³, durante uma visita realizada à Ilha Terceira nos dias 4 e 6 de Março de 2015, bem como na informação estatística disponível e utilizada para a caracterização socioeconómica da Ilha Terceira apresentada no primeiro capítulo.

O segundo capítulo introduz os efeitos económicos da redução da presença dos EUA na Terceira, considerando o impacto direto e indireto ao nível do emprego (considerando que os valores apresentados quanto à redução de efetivos na Base das Lajes são ainda provisórios) e da atividade económica, abrangendo ainda questões como os efeitos fiscais e o impacto ambiental decorrente da utilização da Base das Lajes.

O terceiro capítulo foca-se nos desafios que a Terceira atualmente enfrenta, identificados a partir da recolha de informação e das várias reuniões com entidades e testemunhos de personalidades que foram auscultadas durante a referida visita.

A segunda parte do relatório apresenta propostas de atuação no curto, médio e longo prazo, que visam não só atenuar os efeitos imediatos da eventual redução da presença norte-americana nas Lajes, mas também destacar as oportunidades com maior relevância para o desenvolvimento futuro da Terceira.

³ Agradecemos aos *stakeholders* que colaboraram neste relatório e cuja lista é apresentada no Anexo 1.

Parte I: Diagnóstico

A realização do diagnóstico sobre as condições económicas da Terceira requer que seja considerada a insularidade e a grande distância geográfica ao Continente. Neste âmbito, a primeira parte do relatório apresenta uma caracterização socioeconómica da Terceira e avalia o efeito da redução da presença norte-americana na ilha. Com base na informação recolhida, são identificados os principais desafios com que se defronta a Terceira.

I.1. Caracterização Socioeconómica da Ilha Terceira

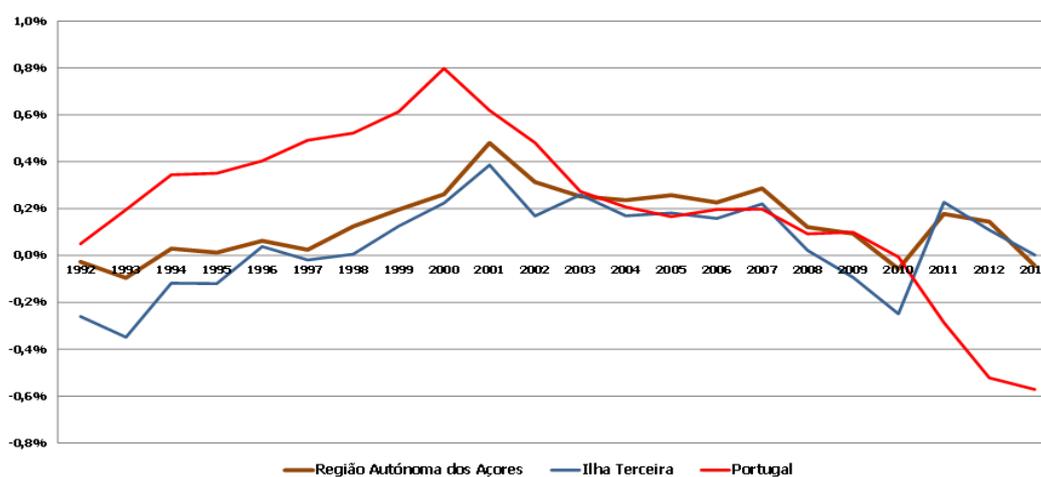
A Ilha Terceira integra dois municípios - Angra do Heroísmo e Praia da Vitória - com um total de 30 freguesias, onde habitam mais de 56 mil indivíduos. A população é mais jovem do que no total de Portugal, mas também menos qualificada. Uma grande parte do seu território é predominantemente rural, o que confere maior importância relativa à atividade agropecuária. O sector primário, o turismo e os serviços, são as principais atividades económicas da ilha.

População e Habitação

Em 2013, o INE estimava um total de **56.641 de residentes na Ilha Terceira**, o que representa cerca de 23% da população residente na Região Autónoma dos Açores. A seguir a São Miguel, com 138.638 de residentes, a Terceira constitui a segunda ilha mais povoada dos Açores (as duas ilhas em conjunto concentram 79% da população residente no arquipélago).

Entre 2003 e 2013, a população na Ilha Terceira cresceu 0,7%, acima do crescimento verificado em Portugal (-0,4%), mas ligeiramente abaixo do verificado na Região Autónoma dos Açores (1,4%).

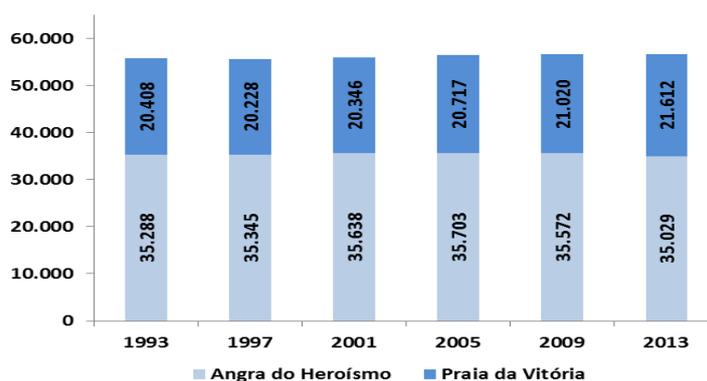
Gráfico 1 - Crescimento anual da população residente em Portugal, Açores e Ilha Terceira



Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente

A nível concelhio, a população de Praia da Vitória cresceu 6,2% desde 2001, representando em 2013 mais de 38% da população da ilha. A população em Angra do Heroísmo diminuiu 1,7% desde 2001 e representava, em 2013, cerca de 62% do total. A Praia da Vitória apresenta um menor peso de população de nacionalidade estrangeira (1%) do que Angra do Heroísmo (1,5%).

Gráfico 2 - Evolução demográfica na Ilha Terceira, total e por concelho de residência (n.º)



Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente

A Ilha Terceira apresenta um **nível de qualificações da sua população abaixo da média nacional**. O peso da população com ensino superior completo é inferior à média nacional (11,2% contra 15,4% a nível nacional), enquanto a população com ensino básico é superior à média nacional (72,7% contra 66,9%). A população com ensino superior é proporcionalmente maior em Angra do Heroísmo (11,4%) do que na Praia da Vitória (8,2%), embora em ambos os concelhos se tenha registado uma evolução positiva nos últimos 10 anos.

Ao nível da distribuição etária, 16% da população da Terceira tinha, em 2013, idades entre os 0 e 14 anos, 13% entre os 15 e 24 anos, 57% entre os 25 e 64 anos e 14% com 65 e mais anos. Esta distribuição etária é semelhante ao total dos Açores mas **menos envelhecida do que a média do País** (14,3% da população com 65 ou mais anos, o que compara com 19,9% em Portugal). Angra do Heroísmo apresenta maior peso da população mais idosa (65 e mais anos), 14,9%, do que na Praia da Vitória, com 13,2%.

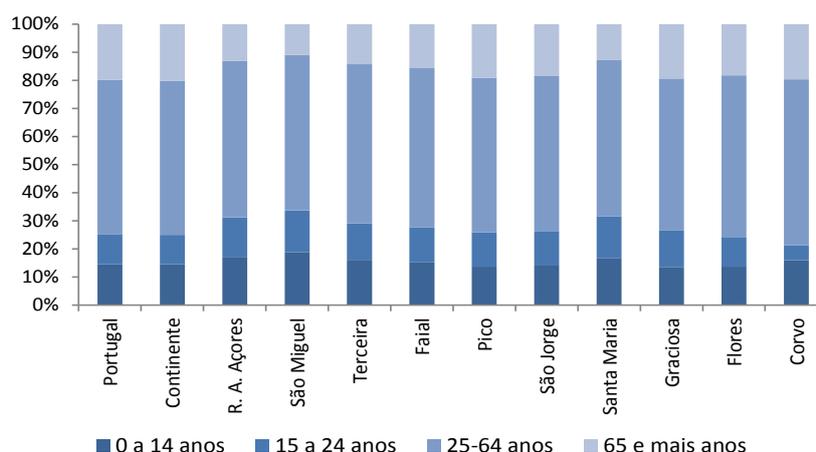
De acordo com informação censitária, em 2011 a idade média da população residente em Angra do Heroísmo (39,04 anos) era ligeiramente superior à da Praia da Vitória (38,56 anos), sendo ambas inferiores à do Continente (42 anos).

Quadro 2 - Caracterização demográfica à data dos Censos

	Idade média da população (anos)	Proporção da população de nacionalidade estrangeira (%)			Proporção da população com ensino superior completo (%)			Densidade populacional (Hab./Km ²)
		2011	2001	2011	Δ p.p.	2001	2011	
Portugal	41,83	2,24	3,74	1,5	8,57	15,11	6,54	114,5
Continente	42,01	2,29	3,84	1,55	8,67	15,25	6,58	112,8
Região Autónoma da Madeira	39,16	1,49	2,1	0,61	6,54	12,97	6,43	334,3
Região Autónoma dos Açores	37,34	0,97	1,36	0,39	6,14	11,32	5,18	106,3
Angra do Heroísmo	39,04	0,9	1,49	0,59	7,61	13,39	5,78	148,1
Praia da Vitória	38,56	0,72	1,04	0,32	3,91	8,22	4,31	130,4
Aqualva	40,76	0,7	0,07	-0,63	0,89	4,62	3,73	37,0
Biscoitos	40,86	0,7	0,56	-0,14	5,63	9,58	3,95	52,6
Cabo da Praia	38,77	0,82	1,69	0,87	6,27	6,32	0,05	223,8
Fonte do Bastardo	37,3	0,43	1,33	0,9	3,2	6,86	3,66	144,3
Fontinhas	38,84	1,17	0,88	-0,29	2,42	7,19	4,77	131,3
Lajes	36,71	0,4	0,56	0,16	4,24	6,48	2,24	309,1
Praia da Vitória (Santa Cruz)	38,38	1,12	1,66	0,54	5,17	10,37	5,2	222,3
Quatro Ribeiras	39,92	0	0,25	0,25	1,97	2,69	0,72	30,7
São Brás	37,22	0,2	0,28	0,08	1,13	7,08	5,95	232,6
Vila Nova	40,61	0,23	0,48	0,25	2,03	4,61	2,58	206,2
Porto Martins	38,83	n.a.	2,3	n.a.	n.a.	18	n.a.	291,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Gráfico 3 - Distribuição da População Residente segundo o peso dos grandes grupos etários em 31/12/2013 (%)



Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente

Segundo o INE⁴, em 2013 existiam na Ilha Terceira 22.545 edifícios de habitação clássica familiar, 60% dos quais localizados no concelho de Angra do Heroísmo. À mesma data, na Praia da Vitória existiam 8.947 edifícios de habitação clássica familiar. Desde 2008 houve um aumento de 700 edifícios na ilha, representando uma taxa de crescimento de 3,2%, semelhante a valores dos Açores para o mesmo período (3,1%) mas ligeiramente superior aos valores do Continente (2,8%).

Em termos de alojamentos, os alojamentos familiares clássicos na Ilha Terceira distribuem-se de forma semelhante ao dos edifícios, 61% no concelho de Angra do Heroísmo e os restantes 39% no concelho da Praia da Vitória, com 15.190 e 9.650 alojamentos respetivamente. De 2008 a 2013 registou-se um aumento de 646 alojamentos na Ilha Terceira, representando uma taxa de crescimento de 2,7%, inferior aos valores dos Açores no mesmo período (3,7%) mas superior aos valores do Continente (2,2%).

Segundo o inquérito à avaliação bancária na habitação divulgado pelo INE, os valores médios globais de avaliação bancária dos alojamentos no ano de 2013 eram de 1.039€/m² em Angra do Heroísmo e de 1.036€/m² na Praia da Vitória. Estes valores são superiores aos da média da Região Autónoma dos Açores (963€/m²) e do País (1.006€/m²).

Ao nível de licenças para construção, verifica-se que foram concedidas em 2012 cerca de 654 licenças de construção na Região Autónoma dos Açores, das quais 190 na Ilha Terceira. Constata-se que a maior parte destas licenças (130) foram emitidas para habitação ou uso geral. A emissão de licenças de construção para outros fins na Ilha Terceira foi bastante diminuta: 28 para atividades agrícolas, 7 para comércio tradicional e 3 para restauração e bebidas, entre outras.

Dimensão da economia e poder de compra

A estimativa da dimensão da economia da Terceira, medida pelo PIB, indica um valor de 824 milhões de euros em 2014. Esta estimativa baseia-se nos pressupostos de que a distribuição do PIB açoriano por cada uma das 9 ilhas se mantém igual a 2009, último ano em que foram publicados dados oficiais para os Açores, e que o crescimento económico do arquipélago em 2014 foi igual ao do total nacional⁵.

⁴ Estatísticas das obras concluídas

⁵ Estimativa do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia com base em informação do Serviço Regional de Estatística dos Açores (2009) e do INE, Contas Regionais (2013).

A informação disponível indicia que a Terceira está a perder peso económico na região desde o início dos anos 1980. O peso relativo do PIB da ilha passou de 24,2% em 1980 para 21,9% em 2009.

Quadro 3 - Evolução do PIB da Região Autónoma dos Açores e Ilhas

	1980		2006		2009		2014 - Estimativas	
	(10 ³ contos)				(10 ³ Euros)			
R.A.Açores	22.696	100,00%	3.390.280	100,00%	3.650.408	100%	3.762.709	100%
São Miguel	12.617	55,60%	1.919.779	56,60%	2.110.569	57,80%	2.175.498	57,80%
Terceira	5.483	24,20%	748.603	22,10%	799.231	21,90%	823.818	21,90%
Faial	1.632	7,20%	247.566	7,30%	250.955	6,90%	258.675	6,90%
Pico	1.143	5,00%	197.941	5,80%	196.569	5,40%	202.616	5,40%
São Jorge	774	3,40%	92.798	2,70%	100.524	2,80%	103.616	2,80%
Santa Maria	476	2,10%	93.597	2,80%	98.246	2,70%	101.268	2,70%
Flores	308	1,40%	42.060	1,20%	44.459	1,20%	45.827	1,20%
Graciosa	245	1,10%	42.503	1,30%	44.829	1,20%	46.208	1,20%
Corvo	16	0,10%	5.433	0,20%	5.027	0,10%	5.182	0,10%

Fonte: Estimativas do GEE/ME, Serviço Regional de Estatística dos Açores e INE.

Em termos sectoriais, não existe informação oficial sobre o Valor Acrescentado Bruto na Terceira, não sendo possível, por esta via, avaliar de forma objetiva a importância relativa das diferentes atividades económicas desenvolvidas na ilha.

Em 2011, o poder de compra de Angra do Heroísmo correspondia a 91,2% do poder de compra nacional, valor mais elevado do que os dos Açores (82,4%) e da Madeira (85,1%). Contudo, o concelho da Praia da Vitória apresenta valores inferiores à média dos Açores e da Madeira (72,6% do nacional).

Mercado de Trabalho

Estima-se que a **população empregada na Terceira, em 2014, é de 22,7 mil trabalhadores⁶**, o que corresponde a uma taxa de emprego de 49%, inferior à média nacional (51% em 2014) e equivale a 22,2% do emprego total dos Açores (São Miguel concentra 60% do emprego do arquipélago).

Quadro 4 – Estimativa⁵ dos Indicadores de Emprego na Ilha Terceira (2011 a 2014)

	2011	2012	2013	2014
	<i>milhares de indivíduos</i>			
População total (15 e mais anos)	46,3	46,3	46,3	46,3
População ativa	28,1	28,1	28,1	28,1
População empregada	25,3	23,4	22,5	22,7
População desempregada	2,8	4,7	5,6	5,4
População inativa (15 e mais anos)	18,2	18,2	18,2	18,2
	<i>(%)</i>			
Taxa de atividade (15 e mais anos)	60,65	60,67	60,67	60,67
Taxa de emprego (15 e mais anos)	54,70	50,46	48,57	48,96
Taxa de desemprego	9,82	16,84	19,94	19,30
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	39,32	39,33	39,33	39,33

⁶ Quadros 4 e 5 são estimativa do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia com base em informação do INE (Inquérito ao Emprego, População e Censo 2011) e IIEFP/centro de emprego de Angra do Heroísmo (desemprego registado). Não existem estatísticas oficiais sobre número total de empregados e desempregados na Terceira.

Quadro 5 – Estimativa da distribuição do Emprego na Ilha Terceira e Portugal (2014)

Emprego	Ilha Terceira		Portugal	
	Número	Peso Terceira = 100 (%)	Número	Peso PT = 100 (%)
Agricultura	1.830	8,1%	106.169	2,4%
Indústria	1.128	5,0%	646.425	14,4%
Construção	1.389	6,1%	344.185	7,6%
Alojamento e restauração	889	3,9%	270.455	6,0%
Outros serviços	7.964	35,1%	2.144.432	47,7%
Trab. Conta Própria	5.370	23,7%	332.214	7,4%
Adm. Pública	4.130	18,2%	655.620	14,6%
Total	22.700	100,0%	4.499.500	100,0%

O emprego na Terceira está concentrado no sector primário (agricultura e pescas, onde também se insere uma parte substancial dos trabalhadores por conta própria) e em outros serviços, que representam mais de 43% do total (INE).

Ao nível das empresas com sede na Terceira, em 2012 o pessoal ao serviço era de 13.200 (inclui empresários e trabalhadores por conta de outrem, mas não inclui emprego público nem trabalhadores por conta própria) e estava empregado no comércio (23%, que compara com 21% a nível nacional), na agricultura (14%, e 3% em Portugal), na saúde e apoio social (11%, e 7% a nível nacional), na construção (11%, e 10% em Portugal) e na indústria transformadora (9%, que compara com 18% a nível nacional).

Quadro 6 - Pessoal ao serviço nas empresas (n.º) por localização geográfica e atividade económica

Atividade económica	Região		Terceira		Angra do		Praia da Vitória	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Total	69.325	64.081	14.381	13.200	9.971	9.170	4.410	4.030
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	15.961	14.391	3.560	3.079	2.662	2.244	898	835
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7.821	7.592	1.804	1.830	1.104	1.131	700	699
Atividades de saúde humana e apoio social	4.774	4.987	1.358	1.494	1.230	1.352	128	142
Construção	10.013	7.886	1.883	1.389	977	734	906	655
Indústrias transformadoras	7.535	6.929	1.242	1.128	804	764	438	364
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.582	4.436	994	964	693	656	301	308
Alojamento, restauração e similares	5.331	4.889	951	889	597	542	354	347
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.784	2.670	680	630	553	502	127	128
Outras atividades de serviços	1.663	1.563	477	455	321	290	156	165
Transportes e armazenagem	3.750	3.610	382	371	266	250	116	121
Educação	1.618	1.573	329	294	248	219	81	75
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento e resíduos	665	655	228	232	228	232	n.d.	n.d.
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	910	1.001	180	172	129	120	51	52
Atividades de informação e de comunicação	595	565	114	100	97	89	17	11
Atividades imobiliárias	368	399	61	58	35	38	26	20
Indústrias extrativas	207	182	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	748	753	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE). n.d. - não disponível

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Comparando com o nível nacional, a economia da Terceira apresenta potencial de crescimento do emprego no Turismo (alojamento, restauração e outros serviços associados) e na indústria. Neste último caso, no entanto, a situação geográfica poderá constituir uma importante limitação.

Ainda em 2012, o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem na Terceira foi 893€, correspondendo a 91,5% do ganho médio nos Açores (976,14€) e a 81,5% do Continente (Quadro 7). Note-se que estes valores não incluem as transferências sociais do Estado nem consideram os diferentes níveis de tributação. Considerando estes dois fatores, o rendimento disponível bruto das famílias por habitante nos Açores é superior a todas as regiões nacionais exceto Lisboa.

Quadro 7 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (2012)

Região	Ganho médio mensal (€)
Continente	1 095,59
R. A. Açores	976,14
Santa Maria	1 676,67
São Miguel	1 007,64
Corvo	993,53
Faial	924,98
Flores	910,33
Terceira	893,05
Angra do Heroísmo	899,08
Praia da Vitória	878,02
São Jorge	834,43
Pico	874,11
Graciosa	793,18

Fonte: INE, ME – Quadros de Pessoal – R. A. Açores, Observatório do Emprego e Formação Profissional

A Ilha Terceira apresenta ainda **níveis de desemprego superiores aos verificados nos Açores**, com um total estimado de 5,4 mil desempregados em 2014 (taxa de desemprego estimada de 19,3%, superior aos 16,3% dos Açores). Em janeiro de 2015, encontravam-se registados no Centro de Emprego de Angra do Heroísmo 3.195 desempregados (27,5% do total dos Açores e 0,52% do total do país).

Tecido Empresarial

Em 2012 a **Ilha Terceira contava com 6.026 empresas**, 25% do total das empresas dos Açores (24.559 - Quadro 8). O sector agrícola, com 1.561 empresas, é o mais representativo. A indústria transformadora, com 254 empresas, detinha um peso de 4,2% no total de empresas, abaixo da média nacional (6,5%), mas em linha com o dos Açores (4,3%). Em 2013, existiam 3 empresas da Terceira no ranking das 1.000 maiores de Portugal (quadro 9).

Ao contrário do que acontece em São Miguel, o peso do número de empresas da Terceira face ao total de empresas nos Açores é superior ao peso da população residente (a Terceira detém 25% das empresas e 23% da população, enquanto São Miguel representa 48% das empresas e 56% da população).

A nível concelhio, Angra do Heroísmo detém 65% das empresas da ilha (3.910) e Praia da Vitória os restantes 35%. Quanto à distribuição geográfica da indústria transformadora na ilha, Angra do Heroísmo tem 67% (169 empresas) e Praia da Vitória 33% (85 empresas).

O volume de negócios das empresas da Terceira em 2012 equivalia a 785M€ e correspondia a 17% do total dos Açores. As **empresas da Terceira apresentam menor dimensão** do que o total nacional (130 mil€/empresa e 307 mil€/empresa, respetivamente), da Madeira (217 mil€/empresa) e dos Açores (193 mil€/empresa). Angra tem volume de negócios por empresa (146 mil€) superior a Praia da Vitória (102 mil€).

Em 2013, a taxa de constituição⁷ de novas empresas foi menor na Ilha Terceira do que nos Açores e a nível nacional (1,2%, 1,9% e 3,2%, respetivamente). Para o mesmo período, a taxa de dissolução⁸ foi também menor na Ilha Terceira (0,5% na ilha face a 0,6% nos Açores e 1,7% a nível nacional).

⁷ Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas em 2013, face ao nº de empresas existentes em 2012.

⁸ Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas em 2013, face ao nº de empresas existentes em 2012.

Quadro 8 - N.º de empresas por município da sede e volume de negócios por empresa (2012)

Região	N.º Empresas	N.º Empresas Indústria Transformadora	VN por empresa (10 ³ €)
Portugal	1 062 782	69 053	307
Continente	1 017 697	67 196	311
R. A. Açores	24.559	1.052	193
São Miguel	11.888	491	289
Terceira	6.026	254	130
Angra do Heroísmo	3.910	169	146
Praia da Vitória	2.116	85	102
Faial	1.944	95	91
Pico	1.892	103	70
São Jorge	1.006	42	119
Santa Maria	614	23	67
Flores	589	16	51
Graciosa	514	25	57
Corvo	86	3	23

Fonte: INE- Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 9 - Ranking 1000 Maiores Empresas de Portugal 2014: 3 empresas sediadas na Ilha Terceira

Ranking das 1000 Maiores Empresas Nacionais	Empresas com sede na Ilha Terceira	Volume de negócios em 2013	Variação de volume de negócios 2012/2013	Valor Acrescentado Bruto em 2013 (€)	N.º de empregados
459	PRONICOL - PRODUTOS LÁCTEOS, S.A.	63.387.546	3,19%	6.519.346	227
488	HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO, E.P.E.	60.017.412	24,68%	29.088.599	973
757	JOSE TOMAS DA CUNHA & FILHOS, LDA.	40.629.493	35,60%	2.697.798	70

Fonte: Diário de Notícias

Nota: A empresa José Tomás da Cunha & Filhos, Lda dedica-se sobretudo ao comércio por grosso e a retalho.

Comércio externo

A Terceira exportou cerca de 10,9 M€ em 2013, 9,1% das exportações de bens dos Açores, e importou 21,9 M€, 12% das importações do arquipélago. A ilha apresenta um **défice na balança comercial**, importando o dobro do que exporta. Entre 2005 e 2013 a taxa média anual de crescimento das exportações da ilha foi de 18,3%, acima dos Açores (14,3%) e do país (5,4%). **As exportações da Terceira têm potencial de crescimento pois representam apenas 1,3% do PIB local (Portugal: 40%).**

Quadro 10 - Exportações* de bens por localização geográfica (10³€) (NUTS - 2002)

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	31.137.084	35.640.473	38.294.062	38.847.346	31.696.763	37.267.907	42.828.033	45.213.016	47.266.500
Açores	40.910	32.894	42.484	61.108	77.856	83.082	117.116	109.670	119.185
Ilha Terceira	2.836	4.287	3.487	5.195	9.210	5.659	7.598	9.040	10.865
Angra do Heroísmo	288	1.007	634	1.559	6.038	1.981	2.274	2.553	3.300
Praia da Vitória	2.548	3.281	2.853	3.636	3.172	3.678	5.324	6.487	7.565

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

* A localização geográfica corresponde à sede da empresa. Dados definitivos de 2005 a 2012 e provisórios de 2013

Nos bens (não existe informação sobre serviços), a **pecuária é o maior sector exportador** (Quadro 11):

- Preparações de carne, de peixe, de marisco: 5,75M€ (53% do total da ilha);
- Máquinas, aparelhos e material elétrico, gravação ou reprodução: 2,95 M€ (27% do total);
- Carnes e miudezas, comestíveis: 2M€ (18,4% do total);
- Leite e lacticínios; ovos; mel; produtos de origem animal: 74,6 mil € (0,7% do total).

Quadro 11 - Exportações de bens por localização geográfica e tipo de bens, 2013 (10³€)

Exportações (€) de bens	Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
TOTAL	119.185.391	10.864.621	3.299.603	7.565.018
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco	46.954.410	5.750.334	0	5.750.334
Preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	45.980.667	5.750.334	0	5.750.334
Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som	15.458.805	2.946.055	1.132.871	1.813.184
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	11.774.760	1.532.155	1.129.789	402.366
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som	3.684.045	1.413.900	3.082	1.410.818
Animais vivos e produtos do reino animal	45.532.596	2.094.501	2.094.501	0
Animais vivos	1.189.952	800	800	0
Carnes e miudezas, comestíveis	2.014.964	1.995.058	1.995.058	0
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	20.968.334	24.064	24.064	0
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal	21.356.434	74.579	74.579	0
Produtos minerais	7.664.090	58.295	58.295	0
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	59.789	58.295	58.295	0
Material de transporte	1.784.148	11.500	10.000	1.500
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres	364.521	11.500	10.000	1.500
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	152.541	1.639	1.639	0
Plástico e suas obras	52.684	1.639	1.639	0
Pastas de madeira ou celulósicas; papel ou cartão	63.312	868	868	0
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	50.057	868	868	0
Metais comuns e suas obras	244.936	944	944	0
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	81.373	425	425	0
Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	79.889	519	519	0
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	88.623	366	366	0
Produtos diversos das indústrias químicas	3.772	366	366	0
Mercadorias e produtos diversos	43.252	119	119	0
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões e almofadas; aparelhos de iluminação; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos; construções pré-fabricadas	18.383	119	119	0

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

As importações de bens (Quadro 12) baseiam-se no Agroalimentar (72%) e em Máquinas e aparelhos (11%).

Quadro 12 - Importações de bens por localização geográfica e tipo de bens, 2013 (10³€)

Importações (€) de bens	Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
TOTAL	180.307.641	21.890.474	8.703.274	13.187.200
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco	57.041.553	6.777.756	4.000.899	2.776.857
Animais vivos e produtos do reino animal	35.768.739	5.281.424	148.773	5.132.651
Produtos do reino vegetal	13.775.170	3.655.400	1.376.356	2.279.044
Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som	7.859.197	2.428.522	936.961	1.491.561
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	4.481.521	821.632	611.847	209.785
Matérias têxteis e suas obras	1.599.498	704.952	502.891	202.061
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	2.803.732	546.795	496.401	50.394
Metais comuns e suas obras	2.010.389	544.849	77.158	467.691
Mercadorias e produtos diversos	869.641	304.728	87.186	217.542
Material de transporte	4.227.449	193.777	56.641	137.136
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, medida ou precisão; médico-cirúrgicos; relojoaria; musicais	463.057	184.903	109.096	75.807
Pastas de madeira ou celulósicas; papel ou cartão	567.809	125.695	124.286	1.409
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro	142.633	76.214	35.055	41.159
Calçado, chapéus, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes; penas preparadas; flores artificiais	130.205	68.471	44.590	23.881
Produtos minerais	45.990.469	50.425	20.540	29.885
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça; espartaria e cestaria	295.545	44.854	43.690	1.164
Gorduras e óleos animais ou vegetais; gorduras alimentícias; ceras de origem animal ou vegetal	2.134.901	38.222	1.085	37.137
Armas e munições; suas partes e acessórios	20.414	20.090	20.090	0
Peles, couros; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas	102.214	16.269	9.729	6.540
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, bijutaria; moedas	23.132	5.496	0	5.496

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

I.2. Impacto da Redução de Pessoal na Base das Lajes

As estimativas⁹ apresentadas nesta secção têm como ponto de partida a situação de efetivos em Junho de 2012, antes do primeiro anúncio formal por parte das autoridades norte-americanas em Novembro de 2012. Assim, estima-se que só a redução de 592 efetivos americanos (de 760 para 168, tal como anunciado) implique uma diminuição de emprego local de 449 postos de trabalho (por via do impacto no emprego indireto), o equivalente a 2% da população empregada na Terceira.

A somar a estes valores, por cada 100 trabalhadores portugueses dispensados da Base, a redução estimada do emprego aumenta em 76 (totalizando assim uma redução de 176 postos de trabalho ou 0,8 pontos percentuais do emprego). O **valor total do impacto anual**, assumindo uma redução de trabalhadores portugueses de 500, será de **5,9% do emprego, 1.328 trabalhadores**.

Estas estimativas resultam da avaliação do impacto da redução de efetivos da Base das Lajes ao nível do emprego, do consumo e da coleta fiscal. Os valores incluem o impacto direto e indireto, incluindo o que resulta do efeito multiplicador na Economia como a perda de rendas das famílias norte-americanas.

As subsecções seguintes apresentam a metodologia, as hipóteses usadas e os seus resultados. As últimas secções abordam a questão do impacto ambiental e apresentam as limitações do modelo utilizado.

Impacto no emprego

De acordo com a informação fornecida pela Embaixada dos Estados Unidos da América, a Base das Lajes empregava, em junho de 2012, 760 americanos e 823 portugueses, totalizando 1.583 postos de trabalho. Tendo em conta a informação atualmente conhecida, os efetivos americanos serão reduzidos para 168, uma redução de 592 efetivos. A avaliação da redução de efetivos Portugueses discutida neste relatório considera diferentes cenários.

Para avaliar o impacto decorrente da redução de empregos na Base das Lajes é necessário ter em conta, não só a redução direta na Base, mas também a redução de empregos indiretos na economia local, isto é, empregos cuja existência se deve à atividade económica dinamizada pela Base. Para isso, procedeu-se ao cálculo do multiplicador do emprego da Base, que permite converter a redução direta em redução total de emprego (ver Caixa 1).

Os resultados obtidos apontam para um multiplicador de 1,76, o que significa que por cada 100 empregos reduzidos na Base, há cerca de 76 empregos adicionais que desaparecem na economia local.¹⁰ Note-se que este multiplicador não tem em conta o impacto em termos de emprego informal, uma vez que não se dispõe de informação que permita avaliar esse efeito.

A tabela seguinte sumaria o impacto total estimado no emprego, tendo em conta diferentes cenários de redução do emprego direto na Base. Estima-se que a redução prevista do contingente americano implique uma redução de emprego indireto na economia local de 449 empregos ($592 * (1,76-1)$), ou seja, 2,0% da população empregada na Terceira em 2014 (22,7 mil).

⁹ As estimativas do impacto total não são publicados para evitar condicionar eventuais negociações entre o Governo de Portugal e dos Estados Unidos da América. Os valores são próximos, mas diferentes, dos indicados pelo Plano de Revitalização Económico da Ilha Terceira (PREIT), recentemente apresentado pelo Governo dos Açores, bem como em outros estudos, nomeadamente das autoridades norte-americanas (US Air Force) e de Borba e Dentinho (2011).

¹⁰ No caso da retirada das tropas americanas da Alemanha, o multiplicador encontrado foi de 1,56 (ano de 1989).

Por cada redução adicional de 100 empregos diretos de portugueses na Base, o emprego indireto reduz-se em mais 76 ($100 * (1,76-1)$), o que se traduz num incremento de 0,8 pontos percentuais na quebra do emprego em percentagem da população empregada.¹¹

Quadro 13 – Impacto no emprego (número de empregos; última coluna em %)

Cenário	Redução emprego PT directo	Redução emprego PT indirecto	Redução emprego PT total	Redução emprego PT total (% pop. empregada)
592 EUA	0	449	449	2,0%
592 EUA + 100 PT	100	525	625	2,8%
592 EUA + 200 PT	200	601	801	3,5%
592 EUA + 300 PT	300	677	977	4,3%
592 EUA + 400 PT	400	752	1152	5,1%
592 EUA + 500 PT	500	828	1328	5,9%

Impacto salarial

O impacto no emprego analisado na subsecção anterior pode ser traduzido em termos de impacto salarial. Uma vez que se desconhecem quais os trabalhadores que irão ser dispensados da Base, recorreu-se à avaliação salarial com base no salário médio (dados de 2014):

- (i) O salário médio de um efetivo americano na Base é de 53.599 euros/ano (dados da Embaixada dos Estados Unidos);
- (ii) O salário médio de um efetivo Português na Base é de 22.008 euros/ano (dados do II - Instituto de Informática do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social);
- (iii) O salário médio na Terceira é de 11.521 euros/ano (dados do II).

Multiplicando estes salários médios pelo impacto no emprego encontrado na subsecção anterior é possível estimar um impacto na massa salarial de 31,7 milhões de euros devido à redução de trabalhadores americanos. Pelo impacto no emprego indireto (449 empregos), esta redução dos trabalhadores americanos implicará uma quebra de 5,2 milhões de euros de massa salarial relativa a emprego local ($449 * 11.521$). Por cada 100 trabalhadores portugueses que forem dispensados da Base, esta quebra na massa salarial de empregos diretos e indiretos portugueses aumenta em 3,1 M€.

Quadro 14 – Impacto na massa salarial (10^6 euros)

Cenário	Redução massa salarial EUA	Redução massa salarial PT
592 EUA	31,7	5,2
592 EUA + 100 PT	31,7	8,2
592 EUA + 200 PT	31,7	11,3
592 EUA + 300 PT	31,7	14,4
592 EUA + 400 PT	31,7	17,5
592 EUA + 500 PT	31,7	20,5

¹¹ O anexo 2 apresenta uma análise de sensibilidade do modelo ao valor do multiplicador.

Caixa 1 – Cálculo do multiplicador do emprego da Base das Lajes

A estimativa do impacto indireto no emprego da Terceira, decorrente da redução do número de trabalhadores portugueses e americanos na Base das Lajes, requer a aplicação de uma metodologia que permita encontrar um **multiplicador** para o número de postos de trabalho indiretos afetados por cada emprego direto que se reduz na Base.

O primeiro passo para aferir se um determinado sector de atividade é influenciado pela diminuição de empregos diretos na Base das Lajes, consiste na divisão do emprego em dois grupos de setores fundamentais - *emprego básico (B)* e *emprego não básico (NB)*. Esta simplificação da economia permite identificar quais os setores que constituem a base económica de uma comunidade, estando fortemente ligados ao exterior – *básicos* –, e quais os que lhe servem de apoio – *não básicos*. Tendo em conta esta distinção, é recorrente admitir que setores tais como Saúde, Educação e Construção constituem fontes de emprego essencialmente não-básico, e setores ligados à Indústria, Turismo ou Agricultura são em larga medida considerados básicos e apelidados de “motores da economia”, pois a procura externa direcionada à região potencia impactos virtuosos na economia.

A literatura apresenta diferentes métodos¹² para o cálculo do emprego básico e não básico numa economia. Neste estudo segue-se o **Método dos Mínimos**, que compara a economia local de referência com uma amostra de economias semelhantes em termos populacionais, dimensão geográfica ou outros fatores comuns à estrutura dessas economias, tornando-as comparáveis em termos de padrão de distribuição do emprego. Esta abordagem segue a proposta de Ullman e Dacey (1960), aplicada em Çubukçu (2011), Davies e Davey (2007) e Mulligan (2008), que calcula a “proporção mínima”, ou seja, o nível mínimo de emprego necessário para garantir a satisfação das necessidades locais de um setor- emprego não básico. Se uma região apresentar níveis de emprego nesse setor acima desse valor mínimo, conclui-se que o emprego remanescente constitui emprego básico. Analiticamente, temos que para uma região *i*:

$$e_i^b = \left[\frac{e_i}{e_t} - \frac{em_i}{em_t} \right] * e_t$$

Onde e_i^b - emprego básico no setor *i*; e_i - emprego no setor *i* da região; e_t - emprego total na região; em_i - emprego no setor *i* na região com a “proporção mínima”; em_t - emprego total na região com a “proporção mínima”.

Seguindo este método, considera-se neste estudo o conjunto das ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores, e que se assemelham estruturalmente à ilha da Terceira, pois todas refletem a particularidade do isolamento geográfico próprio da realidade insular¹³. Com base nos dados do Inquérito ao Emprego do INE, a proporção de emprego do sector financeiro é considerada como emprego não básico (por ser um sector de suporte à ilha). A proporção de emprego no sector privado não financeiro é dividida entre emprego básico e não básico através da informação do “Pessoal ao serviço nas empresas por município na sede” por setor. Para isso, procede-se à identificação do município que, para cada setor de atividade, apresenta o menor peso desse setor no total do emprego em empresas desse município, isto é, a “proporção mínima”. O sector público é considerado, tal como em Borba e Dentinho (2011), no sector básico, pelo peso das transferências no seu financiamento. Desta forma, apuram-se assim as percentagens de emprego básico e não básico para o total do emprego da Terceira, respetivamente 57% e 43%¹⁴.

Com base nesta distinção do emprego, é possível calcular o multiplicador do emprego básico, de acordo com a metodologia seguida em Borba e Dentinho (2011). O emprego total numa região pode ser, assim, analisado da seguinte forma:

$$e_T = \frac{1}{1 - RS} * e^b$$

onde $R = \frac{\text{População}}{e_T} = 2,1$; $S = \frac{e^{nb}}{\text{população}} = 19\%$ (peso do setor não-básico relativamente à população total da ilha); e^{nb} - emprego total não básico; e e^b - emprego total básico.

O efeito multiplicador é então dado pelo rácio $\frac{1}{1 - RS}$ e corresponde a **1,76**¹⁵. Desta forma, por cada 100 trabalhadores da Base das Lajes que deixem de estar empregados, existem 76 postos de trabalho indiretos (no sector não básico) que são afetados.

¹² Outros métodos utilizados são: Atribuição e explicitação de pressupostos (Moretti and Thulin, 2013); Com base em inquéritos (Gibson and Worden, 1981); Método do quociente da localização (Nishiyama, 1997); Análise de regressão utilizando séries temporais (Mulligan, 2008); Análise de regressão da percentagem das exportações (Harris, Narayanan, Raffiee and Qui, 1992).

¹³ Da amostra selecionada retirou-se a Ilha do Corvo, tendo em conta a sua dimensão populacional muito reduzida relativamente à Terceira e às restantes ilhas, uma vez que esse menor grau de semelhança poderia comprometer a robustez dos resultados.

¹⁴ Foram efetuados ajustamentos pontuais, tais como considerar que todo o emprego no setor da saúde pertence ao setor não básico. Alguma informação em falta para a Ilha da Terceira foi colmatada com informação relativa à Região Autónoma dos Açores.

¹⁵ A fim de avaliar a robustez do método utilizado, replicou-se o cálculo do multiplicador para a situação em que se selecionou como amostra, o conjunto de municípios portugueses que se assemelham em termos de dimensão populacional à Ilha da Terceira. Nestas condições, o valor do multiplicador desce para 1,4. No entanto, este modelo inclui regiões que não refletem de forma adequada o isolamento geográfico associado à realidade insular, pelo que se deu primazia ao modelo que compara a Terceira com as restantes ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Impacto nos impostos diretos e nas contribuições para a Segurança Social

A redução da massa salarial terá consequências relativamente à coleta fiscal de impostos diretos¹⁶ e às receitas das contribuições para a Segurança Social.

Coleta de IRS

O cálculo da estimativa da redução da coleta de IRS efetua-se em duas etapas. Para os trabalhadores portugueses na Base, a retenção de IRS é estimada tendo em conta as remunerações individuais em 2014 (dados anonimizados do Instituto de Informática da Segurança Social). Uma vez que a informação relativa à tabela de retenção aplicável a cada indivíduo não se encontra disponível, considera-se a tabela de retenção correspondente a trabalhadores não casados e sem dependentes (taxas em vigor em 2015 na Região Autónoma dos Açores).

Desta forma, estima-se uma coleta média por trabalhador de 4.195 euros/ano (o que corresponde a uma taxa implícita de 19,1%). Desconhecendo-se o perfil dos trabalhadores a serem dispensados, considera-se que a redução da coleta corresponde ao número de trabalhadores portugueses a serem dispensados da Base multiplicado pela coleta média.

Relativamente aos trabalhadores portugueses fora da Base, e por não se dispor de informação individualizada, considera-se a taxa correspondente ao salário médio desses trabalhadores, constante da tabela de retenção em vigor em 2015 na Região Autónoma dos Açores, correspondente a trabalhadores não casados e sem dependentes (8,8%).

De acordo com estas hipóteses, estima-se que a redução do contingente americano em 592 tenha um impacto na redução da coleta de IRS (por via do seu impacto no emprego indireto) de cerca de 0,5 M€. Por cada decréscimo adicional de 100 empregos portugueses na Base, espera-se que essa redução de coleta de IRS aumente em 0,5 milhões de euros.

Contribuições para a Segurança Social

Para o cálculo da redução das contribuições para a Segurança Social, aplica-se a taxa média de contribuição dos trabalhadores portugueses da Base (33,3%) e fora da Base (33,4%), a partir da informação de contribuições disponibilizada pelo Instituto de Informática da Segurança Social. Aplicando as respetivas taxas à redução da massa salarial, estima-se que a diminuição do contingente americano reduza a receita em contribuições em 1,7 M€ (via emprego indireto). Adicionalmente, por cada 100 trabalhadores portugueses dispensados da Base, essa redução de receita aumenta em 1 M€. A tabela seguinte sumaria o impacto fiscal relativo à coleta de IRS e contribuições para a Segurança Social:

Quadro 15 – Impacto fiscal (10⁶ euros)

Cenário	Redução coleta IRS	Redução receita contribuições SS
592 EUA	0,5	1,7
592 EUA + 100 PT	1,0	2,8
592 EUA + 200 PT	1,4	3,8
592 EUA + 300 PT	1,9	4,8
592 EUA + 400 PT	2,4	5,8
592 EUA + 500 PT	2,9	6,8

¹⁶ Esta análise foca-se na redução de receita direta, não tendo em conta o possível impacto em termos das transferências previstas na Lei das Finanças Regionais.

Impacto no consumo

A redução de massa salarial terá implicações na despesa efetuada na Terceira. De acordo com os dados da Embaixada dos EUA (2014), 41% do rendimento do contingente americano da Base é gasto na economia local. Assim, o impacto na despesa na Terceira será de 13,1 M€ (31,7*41%).

Para os trabalhadores portugueses (da Base e fora da Base), assumiu-se que a proporção de rendimento após impostos gasta em consumo é de 92%¹⁷. Isso implica uma quebra na despesa de 3,8 M€ por via do impacto indireto da redução do contingente americano e de mais 2,1 M€ por cada redução de 100 empregos de portugueses na Base¹⁸.

Além do impacto da redução da massa salarial no consumo, é necessário ter em conta as despesas na economia local inerentes ao funcionamento da Base, que ascenderam a 31 M€ em 2013, de acordo com a informação da US Air Force¹⁹. Considera-se que a despesa efetuada pela Base na economia local seja proporcional ao número de efetivos²⁰, estimando-se uma quebra de 11,7 M€ por via da redução do contingente americano (31*37,4%, onde 37,4%=592/1.583). Por cada 100 trabalhadores portugueses dispensados da Base, há ainda uma redução adicional de despesa em 2,0 M€.

Com base nestas estimativas de despesa, é possível isolar a componente importada do consumo dos portugueses e a componente relativa a impostos indiretos.

De acordo com a informação da Sociedade para o Desenvolvimento Regional dos Açores, estima-se que a componente importada do consumo seja de cerca de 36% do total (excluindo impostos). Assim, a componente importada do consumo dos portugueses poderá ascender a 1,6 M€ pela redução do contingente americano, acrescida de 0,8M€ por cada 100 trabalhadores portugueses dispensados da Base. Uma vez que se desconhece o padrão de consumo local dos americanos e da Base, que tenderá a ser diferente do dos portugueses, optou-se, por falta de informação, por não se isolar a componente de consumo importado nesses casos.

A estimativa da redução na coleta de IVA baseia-se na aplicação da taxa de IVA efetiva nos Açores à estimativa de redução de consumo.²¹

A taxa efetiva é calculada através do rácio entre a receita anual de IVA²² e as despesas de consumo anuais nos Açores. O consumo resulta da multiplicação das despesas de consumo médias anuais²³ pelo número de famílias clássicas²⁴. Obtém-se, assim, uma taxa efetiva de 13,4%.

Pela aplicação desta taxa ao valor da redução da despesa total na Terceira, estima-se que a redução do contingente americano em 592 trabalhadores tenha um impacto na redução da coleta de IVA de cerca

¹⁷ Valor calculado tendo em conta a taxa de poupança sobre o rendimento disponível de 8% (INE-Contas Nacionais).

¹⁸ O anexo 2 apresenta uma análise de sensibilidade do modelo a estas hipóteses.

¹⁹ Utilizou-se o valor de 2013 por não se dispor de informação para 2014. As autoridades americanas disponibilizaram uma série com valores entre 2010 e 2014. No entanto, os montantes são consideravelmente inferiores aos reportados nas fichas de impacto económico disponível *on-line* (o valor de 2013 é de 12,4 M€, menos de metade do valor reportado *on-line*).

²⁰ Caso tivessem existido despesas associadas à construção e manutenção de casas familiares de militares, o ajustamento desse montante teria sido feito em proporção da quebra do contingente americano (e não em proporção da redução total de efetivos na Base). No entanto, essas despesas foram nulas em 2013.

²¹ O Anexo 2 apresenta uma forma alternativa de cálculo do impacto na coleta de IVA.

²² Fonte: Tribunal de Contas, *Conta da Região Autónoma dos Açores (Ano Económico de 2011)*.

²³ Fonte: INE, IDEF (Inquérito às Despesas das Famílias), *Despesas de consumo médias anuais (€) dos agregados domésticos privados por Local de residência (NUTS - 2002)*, 2010-2011

²⁴ Fonte: INE, *Famílias clássicas segundo os Censos: total e por número de indivíduos*, 2011. Esta informação é usada como *proxy* dos *agregados domésticos privados* (que não está disponível nas bases de dados).

de 3,8 M€. Por cada decréscimo adicional de 100 empregos portugueses na Base, essa redução de coleta de IVA aumenta em cerca de 0,5 M€.

Quadro 16 – Informação para cálculo da taxa de IVA efetiva

Dados RAA	2011
Despesas de consumo médias anuais (€)	17.626
Famílias clássicas (nº)	81.715
Despesas de consumo anuais (m€)	1.440
Receitas de IVA (M€)	193
Taxa efetiva de IVA	13,4%

Impacto ambiental

Os efeitos associados ao impacto ambiental da Base das Lajes não são explicitamente considerados por ser ainda necessária uma avaliação técnica e económica mais detalhada e que complete os estudos já realizados, nomeadamente pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Esta é uma questão muito relevante que é mencionada no PREIT, como as próprias autoridades dos EUA reconheceram durante a reunião extraordinária da Comissão Bilateral Permanente (CBP) em Washington, no passado dia 16 de Junho.

As estimativas realizadas pelo Governo Regional dos Açores, baseadas precisamente em pareceres das autoridades norte-americanas, apontam para um impacto ambiental que pode ultrapassar USD 1.500 M. O que equivale a um esforço financeiro de cerca de 100 milhões de USD/ano durante 15 anos num cenário de demolição e descontaminação de infra-estruturas nas Lajes.

Existe uma grande variedade de fontes de poluição tipicamente associadas ao funcionamento e desocupação, mesmo que parcial, de uma base militar, nomeadamente problemas com aterros, alijamento de combustível e pintura, amianto, tanques de armazenamento subterrâneo com vazamento de substâncias que contaminam os lençóis freáticos, entre outros.

Vários estudos abordam a questão do impacto ambiental da redução ou encerramento das bases militares norte-americanas: por exemplo, Congressional Budget Office, 1992; United States General Accounting Office, 1995; Segal, 2006; CRS Report for Congress, 2008; Myers, 2010. É por isso importante que seja realizada uma análise dos efeitos ambientais associados ao funcionamento da Base das Lajes.

Na reunião supramencionada, os EUA comprometeram-se a realizar um novo estudo de impacto ambiental, tendo Portugal informado que se encontra a preparar uma avaliação de impacto na ilha Terceira. Ambas as partes se comprometeram a trocar informação neste domínio e foi decidido que serão designados peritos ambientais que deverão apoiar, ao nível técnico, o acompanhamento destas questões no âmbito da CBP.

Principais limitações do modelo

Os resultados da modelização têm que ser analisados com algum cuidado, uma vez que apresentam necessariamente uma visão parcial dos efeitos na economia:

- Não são considerados os efeitos na economia informal, que iriam aumentar o impacto apresentado. No entanto, pela própria natureza do fenómeno e inerente falta de informação, não foi possível estimar o seu impacto.
- Em sentido inverso, deve ter-se em conta que alguns dos trabalhadores portugueses afetados têm direito a indemnização e subsídio de desemprego ou reforma, reduzindo-se o efeito negativo na despesa. Do mesmo modo, o encerramento da loja da Base levará a que os trabalhadores portugueses canalizem uma parte maior do seu rendimento para as lojas da ilha.

O anexo 2 apresenta uma análise de sensibilidade aos resultados obtidos.

I.3. Os desafios para a economia da Ilha Terceira

A Ilha Terceira defronta-se com desafios que vão para além da redução da presença norte-americana na Base das Lajes. Este capítulo apresenta os resultados dos contactos realizados pelo Grupo de Trabalho com *stakeholders* terceirenses e a informação recolhida sobre as principais atividades económicas da ilha, identificando os desafios e as oportunidades que lhes estão associadas.

1 - Aproveitar as Infraestruturas

A Terceira possui algumas infraestruturas, já consolidadas (aeroporto, porto) ou em instalação (parque tecnológico), cujo contributo para o desenvolvimento da ilha poderá ser maximizado.

Alargamento do uso civil da Base das Lajes

Uma **maior rentabilização da utilização civil da Base das Lajes**, que não possui restrições imediatas em termo de capacidade instalada, **constitui uma oportunidade de desenvolvimento económico** em áreas como o turismo, pescas ou transportes.

As ligações entre o Continente e as ilhas de São Miguel e Terceira foram liberalizadas este ano, ao abrigo do acordo assinado entre o Governo Regional e o Governo de Portugal. As companhias EasyJet e Ryanair começaram recentemente a voar para Ponta Delgada, tendo esta última anunciado que tenciona abrir uma quarta base em Portugal, nos Açores. As companhias Transavia e Biter Canárias manifestaram também a intenção de voar para os Açores, apesar do interesse ainda não se ter concretizado. Estão assim, a ser criadas as condições necessárias para que o acesso aos Açores, passe a ser possível com menores custos, assistindo-se já a uma baixa significativa do preço dos bilhetes aéreos.

O acordo de liberalização inclui um novo modelo de “Obrigações de Serviço Público” (OSP), que irá facilitar as ligações aéreas entre as ilhas. Deverá ser lançado um novo concurso internacional para a concessão de voos inter-ilhas por 5 anos, com um valor base de 135 M€. A articulação entre as diferentes ilhas, nomeadamente com Santa Maria, onde se situa o centro de controlo de tráfego aéreo dos Açores, é condição necessária para potenciar o uso civil da Base das Lajes.

Além disso, está previsto o melhoramento do transporte de carga entre Lisboa e as ilhas de São Miguel e Terceira, estabelecendo-se ligações triangulares com um mínimo de seis na época alta e cinco no inverno, com capacidade de 15 toneladas cada. O que poderá provocar uma redução tarifária para produtos como o peixe fresco..

Da mesma forma, a potencial integração logística com o Porto de Praia da Vitória e o acesso de voos internacionais para paragens técnicas poderão ajudar a rentabilizar esta infraestrutura. A Resolução nº 27/1994 do Governo Regional dos Açores liberaliza as escalas técnicas ao determinar que «(...) as escalas técnicas poderão (...) fazer-se em qualquer dos Aeroportos existentes na Região, desde que as respetivas condições sejam consentâneas com os requisitos necessários à operação (...)». As taxas aplicadas às escalas técnicas são, no entanto, diferentes: Aeroporto de Santa Maria (1€/ton.), Lajes (1,66€/ton.) e restantes aeroportos dos Açores (3,33€/ton.)²⁵.

²⁵ O Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT) previa a redução em 50% das taxas aeroportuárias da aerogare civil das Lajes, incluindo as taxas de assistência em escala. Esta redução foi implementada pela Portaria n.º 15/2015, de 6 de Fevereiro.

As condições para rentabilizar o uso civil da Base já se verificam. A coordenação com o uso militar é já uma realidade, uma vez que se realizam anualmente cerca de 4.600 voos civis. Por outro lado, a Força Aérea Portuguesa (FAP) não coloca limitações ao crescimento deste número e está disponível para que a utilização da pista em conjunto por voos civis e militares possa ser otimizada²⁶.

Para além disso, não existe atualmente uma restrição em termos de capacidade instalada no uso da pista e de estacionamento. A Base das Lajes dispõe de 77 *spots* e, de acordo com a FAP, a pista permite um aumento significativo dos voos. O Aeroporto das Lajes registou no passado um número de voos superior ao verificado em 2014. O pico de uso civil ocorreu em 2009, com 5.120 voos.

Quadro 17 – Evolução do Tráfego Aéreo Civil no Aeroporto das Lajes em termos de voos

Ano	Número Voos Interilhas	Número Voos Territoriais	Número Voos Internacionais	Total
2004	3.913	744	154	4.811
2005	3.848	743	165	4.756
2006	3.863	764	211	4.838
2007	3.965	768	245	4.978
2008	4.045	764	213	5.022
2009	4.169	770	181	5.120
2010	3.859	761	274	4.894
2011	3.788	759	313	4.860
2012	3.727	748	341	4.816
2013	3.533	721	365	4.619
2014	3.573	735	284	4.592

Dados da ANA-Aeroportos de Portugal

Em 2011, ocorreu o pico em número de passageiros nas Lajes (quase 450 mil).

Quadro 18 – Evolução do Tráfego Aéreo Civil no Aeroporto das Lajes em termos de passageiros

Ano	Interilhas		Territoriais		Internacionais		TOTAL	
	*Tráfego Passageiros	Passageiros em Trânsito						
2004	225.586	22.860	170.989	808	19.291	8.268	415.866	31.936
2005	219.617	21.538	171.631	2.703	20.460	9.142	411.708	33.383
2006	235.284	22.798	172.369	4.626	23.483	13.566	431.136	40.990
2007	234.976	25.660	174.737	4.647	25.975	15.980	435.688	46.287
2008	236.466	25.427	175.899	3.718	25.773	12.201	438.138	41.346
2009	229.913	28.587	176.262	7.749	21.424	4.857	427.599	41.193
2010	227.950	30.903	175.513	5.770	21.759	15.826	425.222	52.499
2011	241.545	31.337	179.314	5.363	26.994	25.132	447.853	61.832
2012	221.551	33.883	160.087	5.120	27.355	29.526	408.993	68.529
2013	216.674	34.270	155.086	2.885	30.138	30.743	401.898	67.898
2014	236.451	33.996	168.598	2.488	27.507	21.947	432.556	58.431

*Tráfego Passageiros = Passageiros Embarcados + Passageiros Desembarcados

Fonte: ANA-Aeroportos de Portugal

Acrescenta-se que foi constituído, num despacho conjunto do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Economia, um grupo de trabalho com o objectivo de estudar e propor as linhas gerais de cooperação para a utilização da Base Aérea nº4 (Lajes) e os princípios para o seu uso permanente pela aviação civil, bem como a elaboração dos acordos e protocolos que se consideram necessários para o efeito.

²⁶ O maior uso civil poderá também levar a que Portugal tenha de participar mais nas despesas de manutenção da Base, apoio de pista, pavimentação, etc. (valor anual estimado em 8M€).

O potencial de crescimento dos voos civis que utilizam o aeroporto deverá ser aproveitado para reforçar o número de turistas que atualmente procura a ilha, promovendo o desenvolvimento de outras atividades económicas como o transporte de produtos frescos (derivados do leite, carne, pescado, etc.).

Rentabilizar o Porto de Praia da Vitória

O porto da Praia da Vitória tem as condições necessárias para ser um polo dinamizador da atividade económica quer pela integração logística com o aeroporto, quer no apoio a atividades de pesca, aquicultura e de transporte de mercadorias, quer na assistência e fornecimento de gás natural liquefeito a navios em trânsito no Atlântico ou como terminal de cruzeiros.

As características deste porto permitem, no seu uso civil, a ancoragem de navios com calado até 10,3m, para abastecimento dos reservatórios militares de combustível e abastecimento geral da ilha²⁷. O porto tem condições naturais para permitir o acesso de navios de maiores dimensões, uma vez realizados os investimentos necessários. Tal investimento, poderia ser assegurado através do regime de concessão a privados, à semelhança do terminal XXI de Sines, assegurando em paralelo o acesso de navios militares. Por outro lado, o Programa Operacional Açores 2020 prevê já o apoio a algumas obras no porto, assim como a melhoria dos acessos.

O projeto europeu COSTA, na primeira fase do qual Portugal participou conjuntamente com Espanha, Itália e a Grécia, identificou o porto da Praia da Vitória como uma local potencial para fornecer gás natural liquefeito (GNL) na rede europeia de portos e cabotagem. O GNL é uma fonte alternativa de combustível, com vantagens ambientais em termos de emissão de CO₂, para embarcações que navegam no Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico.

De acordo com a informação prestada pelo porto da Praia da Vitória, a segunda fase será o projeto-piloto em que o porto, em colaboração com uma entidade privada, se tentará afirmar como fornecedor de LNG. A médio e longo prazo, a operacionalização deste projeto passará pela construção de um terminal LNG com armazenamento e comercialização para rotas de longo curso (América-Europa), implicando a participação de um agente privado para o acesso a fundos europeus (investimento global de 8,6M€ com possibilidade de comparticipação até 50%).

A aprovação do projeto COSTA poderá ainda potenciar outras possibilidades de rentabilização da utilização do porto da Praia da Vitória, enquanto prestador de serviços para o tráfego marítimo que navegue no Atlântico Norte, beneficiando do aumento do número de navios proporcionado pela conclusão do alargamento do Canal do Panamá.

A concretização deste projeto requer a coordenação com a atividade de outros portos em Portugal, nomeadamente Sines e Barreiro, e investimentos consideráveis, sendo necessário atrair parceiros do sector privado para o seu financiamento.

²⁷ http://www.portosdosacores.pt/documentos/Regulamento_de_Exploracao_DGPTG.pdf

Promover o Parque Tecnológico

O desenvolvimento de uma infraestrutura científica e tecnológica para apoio à economia local, possibilita **acrescentar valor aos produtos locais e promover o empreendedorismo baseado na criação de novos produtos/serviços.**

O Parque Tecnológico da Terceira é uma infraestrutura que está a ser desenvolvida em parceria pelo Governo dos Açores, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e Universidade dos Açores (Departamento de Ciências Agrárias), e que reunirá unidades científicas de I&D, empresas, associações e serviços públicos. Nele ficarão sediadas as instalações centrais do recentemente criado Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA).

O parque estará vocacionado para a formação, investigação e prestação de serviços nos domínios da agricultura, do ambiente, informação tecnológica e biotecnologia. Para além do edifício do IBBA, o parque contará com um Centro de Inteligência Competitiva que terá como principal função prestar serviços de informação direcionados para a comunidade científica, académica e empresarial, em áreas como a indústria farmacêutica, biotecnologia/biomedicina e vigilância tecnológica.

O plano estratégico do parque prevê o seu desenvolvimento no prazo de 20 anos, abrangendo uma área de 10 hectares. O projeto de loteamento e desenho urbano está concluído, pelo que a negociação de lotes a empresas que manifestem interesse em sediar-se no parque já se iniciou²⁸.

Este projeto pode funcionar como uma alavanca de crescimento sustentável na ilha, sendo para isso essencial assegurar que a investigação e os serviços desenvolvidos estejam ligados à atividade económica desenvolvida na Terceira, não funcionando em separado da realidade empresarial, e possam aproveitar os fundos disponibilizados no âmbito do Programa Horizonte 2020.

Um exemplo concreto é o estudo de alguns organismos que habitam as fontes hidrotermais na proximidade dos Açores, que permitiu a descoberta de enzimas com potencial para serem utilizadas na indústria farmacêutica, na biomedicina, no processamento do papel, no desenvolvimento de novos detergentes e nas defesas imunitárias, entre outros. Do mesmo modo, alguns trabalhos da Universidade dos Açores²⁹ demonstram as potencialidades antioxidantes das macroalgas comuns nos Açores, com aplicações que se estendem da medicina à indústria alimentar ou na produção de cosméticos.

2 – Desenvolver a Capacidade Competitiva

A atividade económica na Ilha Terceira centra-se em sectores tão variados como o turismo, a pecuária, as hortofrutícolas, a floricultura, a pesca ou a energia. Estes sectores possuem vantagens comparativas que poderão ser potenciadas através da criação de novos produtos e serviços orientados para o exterior, que proporcionem maior valor acrescentado e melhor qualidade de vida à população local.

Turismo

O turismo é um dos sectores com maior potencial de crescimento e que poderá ter um impacto direto na geração de rendimento e de emprego. O seu crescimento estará dependente da possibilidade de os turistas acederem à Ilha Terceira a preços competitivos.

²⁸ A Isopor – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA foi a primeira empresa com um lote consignado.

²⁹ Ver, por exemplo, Paiva et al..

A Ilha Terceira apresenta um elevado potencial em termos de turismo associado à natureza, como o mergulho ou as reservas florestais, atividades náuticas associadas às duas marinas existentes, turismo rural, saúde e bem-estar, gastronomia ou atrações culturais como as festas e a cidade de Angra do Heroísmo, que é classificada pela UNESCO como Património da Humanidade.

As ligações aéreas diretas à Ilha Terceira ainda são em número reduzido, passando obrigatoriamente por Lisboa ou Porto. O território está a 2 horas de voo de Lisboa, o que praticamente aumenta este valor em todas as ligações à União Europeia. Assim, a ilha está a 4 horas de voo do Reino Unido ou do centro da Europa e a cerca de 6 horas de voo da Suécia.

A recente entrada das companhias *low-cost* nas rotas liberalizadas para S. Miguel, possibilita a abertura a novos operadores turísticos e a captação de turistas para nichos específicos como o turismo de fim de semana. No caso da Terceira, este é o primeiro passo para se aumentar rapidamente os fluxos turísticos, havendo agora que motivar o mercado e as companhias de aviação, de modo a afirmar as especificidades e fatores diferenciadores da ilha, ultrapassando o facto de alguns dos seus fatores de atração serem semelhantes aos do resto do arquipélago.

Outro desafio é o de que os turistas permaneçam mais tempo no grupo central, o que requer maior coordenação entre as diferentes ilhas. A circulação entre ilhas pode fazer-se por avião (SATA) ou por barco. Neste último caso, o transporte entre ilhas é assegurado por dois armadores: a Transmaçor que assegura o transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge durante todo o ano e a Atlânticoline que assegura o transporte de passageiros e viaturas entre todas as ilhas, mas apenas entre Maio e Setembro.

A Terceira tem suficiente capacidade instalada para permitir um rápido crescimento das receitas do turismo, podendo alojar permanentemente mais de 1.770 turistas (20% da capacidade dos Açores). A ilha conta com 27 unidades de alojamento, destas, 19 são estabelecimentos hoteleiros, com um total de 829 camas, que acolheram 61.570 hóspedes em 2013 e geraram proveitos superiores a 6,6 milhões de euros (14,8% dos Açores). Porém, a taxa líquida de ocupação é ainda muito baixa, situando-se em 23% em 2013, valor muito inferior ao dos Açores (35%).

Considerando o ano 2014³⁰, o número total de hóspedes na Ilha Terceira cresceu 2,9% para um total de 67.342. Em termos de dormidas, registou-se uma variação anual de -0,4%, tendo-se registado mais de 158 mil dormidas. A maioria dos hóspedes da Ilha Terceira são portugueses (61,8% do total em 2014), seguidos pelos espanhóis (8,6%), norte-americanos (6%) e alemães (5,8%).

Quadro 19 – Turismo – Indicadores da atividade hoteleira, 2013

Principais indicadores turismo (2013)	Portugal	Continente	Madeira	Açores	Terceira
Estabelecimentos hoteleiros (N.º)	2.008	1.765	163	80	19
Hóspedes (N.º)	14.371.956	12.955.760	1.082.750	333.446	61.570
Dormidas (N.º)	41.569.716	34.497.246	6.018.368	1.054.102	146.948
Capacidade de alojamento (N.º)	297.962	259.984	29.265	8.713	1.770
Proveitos totais (milhares €)	1.954.569	1.637.631	272.265	44.672	6.616
Proveitos de aposento por hóspede (€)	95	90	158	98	-
Proveitos totais por hóspede* (€)	136	126	251	134	107
Taxa líquida de ocupação-cama * (%)	41	39	59	35	23
Dormidas por Hóspede* (N.º)	2,9	2,7	5,6	3,2	2,4

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria. * Cálculos GEE

³⁰ Dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Os indicadores confirmam o potencial de crescimento desta atividade. O peso do emprego no turismo (3,9%) é ainda muito inferior ao verificado a nível nacional, em que o sector (alojamento e restauração) emprega cerca de 6% dos trabalhadores. O proveito médio e o número de noites dormidas por hóspede são também significativamente inferiores ao verificado nos Açores, na Madeira ou no total de Portugal.

Economia do setor primário

O sector primário é um dos mais importantes da ilha, representando mais de 8% do emprego (1.830 trabalhadores), ao qual se deverá ainda juntar uma parte significativa dos trabalhadores por conta própria. Este nível de emprego é muito superior à média nacional (2,4%) e a outras atividades na ilha como a indústria (5% do emprego) ou a construção (6,1%).

O número de empresas é 1.561, correspondente a 26% do total e responsáveis por 7,7% do volume de negócios total da Terceira. A pequena dimensão destas empresas é confirmada pela comparação com o resto do país. O volume de negócios médio anual das empresas da Terceira neste sector é de 38,7 mil euros, muito inferior ao verificado em Portugal (93,7 mil euros), mas também ao total dos Açores (45,4 mil euros) e da Madeira (40,6 mil euros). A tabela seguinte compara a atividade económica no sector primário da Terceira com o total de Portugal, da Madeira e dos Açores.

Quadro 20 – Atividade económica no sector primário, 2012

2012	Portugal	%	Açores	%	Ilha Terceira	%	Madeira	%
Empresas (N.º)								
Total	1.062.782	100%	24.559	100%	6.026	100%	20.526	100%
Agricultura, produção animal, floresta e pesca	56.313	5,3%	6.002	24,4%	1.561	25,9%	1.145	5,6%
Agricultura e produção animal	46.942	4,4%	5.462	22,2%	1.448	24,0%	1.060	5,2%
Silvicultura e exploração florestal	4.869	0,5%	36	0,1%	17	0,3%	14	0,1%
Pesca e aquicultura	4.502	0,4%	504	2,1%	96	1,6%	71	0,3%
Pessoal ao serviço das empresas (N.º)								
Total	3.511.666	100%	64.081	100%	13.200	100%	67.856	100%
Agricultura, produção animal, floresta e pesca	106.169	3,0%	7.592	11,8%	1.830	13,9%	1.909	2,8%
Agricultura e produção animal	83.843	2,4%	6.506	10,2%	1.658	12,6%	1.533	2,3%
Silvicultura e exploração florestal	10.646	0,3%	69	0,1%	43	0,1%
Pesca e aquicultura	11.680	0,3%	1.017	1,6%	333	0,5%
Volume de negócios das empresas (€)								
Total	325.870.314.200	100%	4.746.546.845	100%	784.749.425	100%	4.449.031.551	100%
Agricultura, produção animal, floresta e pesca	5.281.320.628	1,6%	272.556.138	5,7%	60.508.687	7,7%	46.482.595	1,0%
Agricultura e produção animal	4.168.235.511	1,3%	232.954.119	4,9%	55.875.150	7,1%	27.681.999	0,6%
Silvicultura e exploração florestal	641.190.418	0,2%	1.628.006	0,0%	5.452.191	0,1%
Pesca e aquicultura	471.894.699	0,1%	37.974.013	0,8%	13.348.405	0,3%

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Sinais convencionais: ... Não aplicável, dado não disponível ou confidencial.

a) Pesca e Aquicultura

A zona marítima associada à Terceira apresenta uma dimensão significativa, possibilitando o **desenvolvimento de atividades como a pesca, a aquicultura ou a exploração de recursos minerais**, para além das que estão associadas ao lazer e ao turismo, como o mergulho ou a náutica de recreio.

O sector das pescas constitui uma das principais fontes de exploração do mar, representando uma relevante fonte de alimentação, uma importante atividade económica e uma fonte de emprego com impacto social significativo, que promove o desenvolvimento das zonas costeiras. A necessidade de garantir a sustentabilidade desta atividade limita, no entanto, a sua expansão.

Na Terceira, grande parte do pescado descarregado não lota é produto da pesca artesanal, que deve ser conciliada com a ideia de desenvolvimento sustentável, da proteção do ambiente marinho e da pesca

responsável. A Ilha Terceira possui duas lotas (Praia da Vitória e São Mateus) e 7 portos de pesca (São Mateus, Porto Pipas, Porto Judeu, Porto Martins, Praia da Vitória, Vila Nova e Biscoitos), predominando a pesca de espécies demersais (ex: Abrótea, Alfonsim, Boca Negra, Imperador).

No final de 2013, a Terceira contava com 96 empresas e um total de 415 pescadores matriculados, representando 14% do total dos Açores. As capturas nominais de pescado³¹ totalizaram 1.117 toneladas (8% dos Açores), gerando receitas de mais de 3,8 milhões de euros (11,3% dos Açores). O valor médio da pesca descarregada na Ilha Terceira, foi, nesse ano de 3,43€/Kg, valor que compara com 4€/Kg no ano anterior e com um valor médio de 2,44€/Kg nos Açores.

A alternativa que garante sustentabilidade a esta atividade reside na aquacultura. A aquacultura é um sector cujo valor da produção total registou, em Portugal, um acréscimo de 24% entre 2008 e 2012 (totalizando cerca de 53,7 milhões de euros). Este é um sector com elevado potencial de crescimento, uma vez que ainda não é praticado na Terceira nem nos Açores e beneficia de procura em Portugal e em outros países com grandes consumos de peixe.

A longo prazo, a extensão da plataforma continental portuguesa das 200 para as 350 milhas constituirá ainda uma oportunidade de desenvolvimento das atividades ligadas ao mar, uma vez que grande parte desta extensão está prevista para o mar dos Açores³².

b) Sector Agropecuário

A agropecuária é uma atividade com forte tradição na Terceira, à semelhança do resto dos Açores, tendo um papel muito relevante na coesão económica e social no arquipélago. Contudo, as explorações têm geralmente pequena dimensão e a produção – carne, leite e alguns derivados do leite – é pouco diferenciada e de insuficiente valor acrescentado.

b1) Leite

É um dos sectores mais importantes na economia terceirense, mas também o que apresenta os maiores desafios: a pouca diversificação da produção de lacticínios, a elevada dependência dos agricultores de apenas uma empresa de transformação, bem como o fim das quotas leiteiras na UE.

A recolha de leite de vaca na Ilha Terceira ascendeu a 48M€ e 147,5 milhões de litros em 2014 (25,5% do total dos Açores e 8% do total nacional), sendo a segunda ilha mais importante em termos de produção, a seguir a São Miguel (377 milhões de litros recolhidos, 65% dos Açores). Entre 2008 e 2014, a quantidade de leite de vaca recolhido na Ilha Terceira registou um acréscimo de 14%, semelhante ao verificado na Ilha de São Miguel (14,4%) e superior à média dos Açores (12,3%). Em valor, a recolha de 2013 e de 2014 foram de 44M€ e 48M€, respetivamente.

Esta evolução ocorreu em explorações com uma dimensão média muito pequena, estimada em cerca de 30 cabeças de gado. As vendas para exportação são também muito reduzidas (74 mil € em 2013). O crescimento futuro do sector passa pelo aumento da dimensão média das explorações e consequentemente do número de cabeças de gado, pela melhoria da sua gestão, pelo rejuvenescimento dos agricultores e principalmente pelo escoamento da produção por clientes que introduzam maior valor acrescentado na fileira.

³¹ Pescado fresco ou refrigerado, não incluindo congelados, salgados ou aquicultura.

³² Prevê-se a discussão desta matéria pela ONU em 2016, e um período de 2 a 3 anos para aprovação final.

Desta forma, poderá também reduzir-se a dependência dos agricultores da grande empresa transformadora de leite existente na Terceira, a Pronicol³³. Esta empresa centraliza a comercialização do leite para fora da Ilha Terceira, produzido por 23 cooperativas e cerca de 900 produtores associados. A outra unidade de transformação de leite em produtos lácteos, a Açorcarnes, é de menor dimensão, apesar de tentar diversificar a produção derivada do leite e afirmar a marca “Quinta dos Açores”.

A pouca diversidade da produção local, associada a produtos lácteos de baixo valor acrescentado, como é o caso da manteiga ou do leite em pó, terá de evoluir para a produção de novos produtos à base do leite, como o queijo, iogurte, gelados, etc., com afirmação de marca e com acesso a novos mercados.

A situação geográfica da ilha dá uma proteção natural aos produtores e à empresa transformadora. Mas a dimensão do mercado da Terceira limita o crescimento sustentado da atividade e a sua escala constitui uma desvantagem muito importante no acesso a mercados externos, especialmente no contexto de liberalização das quotas na UE.

O fim das quotas de leite na União Europeia em 1 de Abril de 2015 traz um grande desafio aos agricultores da Ilha Terceira e à sua empresa transformadora, problema que é também comum ao resto dos Açores (onde se produz mais de 30% do leite de vaca em Portugal). A concorrência de leite mais barato de países europeus com capacidade para aumentar a produção pode significar a redução de margens e de preços, e a saída de muitos pequenos agricultores do setor.

O preço do leite adquirido a produtores individuais³⁴ é, tendencialmente, mais baixo nos Açores do que no Continente. Em Dezembro de 2014, os produtores Açorianos receberam, em média, 33,3 cêntimos por quilo de leite quando o transporte é feito pelo comprador (31,5 cêntimos nos casos em que o transporte fica a cargo do produtor). O valor médio do leite adquirido a produtores individuais foi, nesse mesmo mês, de 34,5 cêntimos por quilo no Continente. Embora não exista informação estatística desagregada para as ilhas dos Açores, a Associação Agrícola da Ilha Terceira refere que, atualmente, o preço do litro de leite ao produtor ronda os 25 cêntimos na Ilha Terceira e 30 cêntimos em São Miguel.

A nível europeu³⁵, o preço médio do leite de vaca (em cru) registou um decréscimo de 20% entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015 (-13% em Portugal), sendo que enquanto em janeiro de 2014 Portugal detinha o 20.º preço mais alto da UE-28³⁶, em janeiro de 2015 passou a ser o 10.º país com o preço mais alto, porque países como a Holanda, Irlanda e Alemanha passaram a praticar preços mais baixos.

b2) Pecuária

A produção de carne, especialmente bovina, é uma atividade económica com margem de crescimento baseado nos benefícios da sua certificação e na maior valorização da produção. A Região dos Açores é autossuficiente em carne bovina, tendo margem para aumentar as suas exportações em nichos de mercado através da valorização do produto.

³³ Detida em 51% pela LACTOGAL, principal grupo nacional com atividade em todo o arquipélago, e em 49% pela UNICOL - União Cooperativas Lactínios Terceirense. A Pronicol tem dois centros fabris, na Terceira e na Graciosa, tendo em 1995 comprado a única concorrente (Empresa de Lactínios dos Açores) e é a única empresa de transformação de leite na Terceira, o que constitui um monopólio na aquisição do leite aos produtores.

³⁴ Dados GPP, Ministério da Agricultura e do Mar. Informação disponível em: <http://www.gpp.pt/cot/menuAni.html>

³⁵ Dados da Comissão Europeia, Milk Market Observatory. Informação disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/milk-market-observatory/pdf/eu-raw-milk-prices_en.pdf

³⁶ Preços mais baixos praticados apenas em antigos países da Europa de Leste: Roménia, Letónia, República Checa, Hungria, Polónia, Eslováquia e Lituânia.

A produção de carne goza de proteção comunitária contra imitações através da carne IGP (Indicação Geográfica Protegida), e beneficia da denominação de origem protegida (DOP) da “Carne dos Açores”, que visa o desenvolvimento e valorização dos produtos transformados e em modo de produção biológica.

Apesar de estar numa fase mais avançada do que o verificado na fileira do leite, é necessário também neste sector aumentar o valor acrescentado da produção, reduzindo a venda de carcaças, diversificando para mercados mais exigentes mas com maior margem (pela aposta em nichos como a carne biológica, produtos transformados, carnes pré-cozinhadas e fumados).

A Terceira dispõe de um matadouro industrial (municipal) homologado para a exportação de carne, por sua vez a empresa privada Açorcarnes³⁷ possui uma unidade industrial de desmanche e embalamento de carne de bovino, onde concentra a matéria-prima que chega de todas as ilhas dos Açores.

A ilha produziu, em 2013, cerca de 4.593 toneladas de carne de bovino (35% dos Açores), cujo valor deverá rondar os 15 M€ (não são divulgados valores oficiais). A produção cresceu continuamente desde 2008, mas em 2014 baixou para 3.763 toneladas. Uma parte desta produção destina-se a exportação, tendo o valor exportado em 2013 sido de 2M€ em carne comestível mais um valor não publicado em preparados de carne, podendo alcançar os 5M€ (50% das exportações da Terceira).

Considerando também a carne de suínos e de frango, a Terceira foi, em 2013, responsável por 27,5% do total da produção de carne nos Açores. Em 2014, a produção de carne de bovinos, suínos e frango na ilha diminuiu 13% (para 5.450 toneladas).

b3) Flores e vinho

Exportação de flores, hortofrutícolas e vinho são nichos com potencial de crescimento na Terceira.

Em 2012, existiam 90 explorações de floricultura nos Açores, sendo que 29 estavam situadas na Terceira, perfazendo uma área de 32 hectares. A principal produção é de Próteas (39 das 110 explorações nacionais que produzem este tipo de flor estão nos Açores), de Hortências (6 explorações, com uma área total de 9 hectares), e de Antúrios (14 explorações, com uma área de 2 hectares). Esta produção já é parcialmente exportada por 18% das explorações existentes.

A produção vinícola na ilha Terceira possui uma expressão reduzida, segundo o Instituto da Vinha e do Vinho. Na campanha de 2014/15 a produção da ilha cifrou-se em 772 hectolitros (5% dos Açores), estando concentrada (82,4%) no concelho da Praia da Vitória. Contudo, uma parte importante dessa produção (cerca de 20%) corresponde a vinho branco com indicação geográfica protegida, o que poderá ser potenciado para outros mercados, à semelhança do que fazem já muitas marcas do Continente.

3 – Retoma da Atividade Económica

A retoma da atividade económica e a estabilização do sistema financeiro criaram as condições para a atração de capital, impulsionando o rápido crescimento do empreendedorismo e a recuperação de atividades tradicionais como a construção.

³⁷ Empresa que comercializa as marcas “Carne dos Açores – Indicação Geográfica Protegida”, “A Pastagem”.

Promoção do Empreendedorismo

A atividade empreendedora na Terceira, e nos Açores, revela uma crescente orientação para o mercado internacional, podendo ser impulsionada pelos incentivos no âmbito do Portugal 2020. Comparada com a que se verifica no Continente, existe ainda espaço para um maior dinamismo empreendedor, que pode ser reforçado com a ligação às comunidades emigradas no Canadá e nos EUA.

A informação disponibilizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM)³⁸ mostra que em 2012 os Açores apresentam:

- Taxa de Atividade Empreendedora *Early-Stage* (TAE) de 4,9%, tendo subido 1,4 pontos percentuais relativamente ao valor registado em 2010 (3,5%);
 - A TAE nos Açores é mais baixa do que a de Portugal Continental (7,7%), estando também abaixo da média registada nos países da UE (7,5%);
- Os empreendedores de *start-up* (até 3 meses) e a gerir novos negócios (de 3 meses a 3,5 anos) correspondem, respetivamente, a 2,2% e 2,7% da população adulta açoriana.
 - Em Portugal, a proporção de empreendedores a gerir novos negócios (3,3% da população adulta) é inferior à de empreendedores de *start-up* (4,3%);
- 54% da atividade empreendedora *early-stage* açoriana é orientada para o consumidor final (retalho, alojamento, saúde, educação), 25,3% para a transformação (construção, manufatura, transporte, comunicações), 14,6% para serviços a empresas e 6,2% para atividades como agricultura e pescas;
 - 43,9% dos empreendedores açorianos criam um negócio movidos pela oportunidade em detrimento da necessidade (37,4%)
- 31,3% dos empreendedores não apresentam clientes internacionais, 51,3% apresentam até 25% de clientes internacionais, 13% apresentam entre 26% e 75% de clientes internacionais e 4,4% apresentam mais de 75% de clientes internacionais.
 - Valores inferiores aos de Portugal Continental (68,7% e 72,4%, respetivamente), mas superiores à média da UE.

O menor nível de empreendedorismo ocorre também na Terceira, onde a taxa de constituição de empresas (novas empresas sobre o nº de empresas existentes) foi de 1,5 em 2014, inferior aos valores dos Açores, 2,1, e nacional, 3,2 (fonte: Ministério de Justiça).

A dinamização do empreendedorismo na Terceira pode ser impulsionada pelo acesso aos programas de incentivo ao investimento cofinanciados pela UE, conjugados com os apoios regionais. As empresas dos Açores dispõem de um conjunto de incentivos regionais, destacando-se o Programa de Revitalização das Empresas Açorianas (PREA), o Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo nos Açores (FIAEA) e a Linha de Apoio à Exportação e as Lojas da Exportação (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo).

Finalmente, este dinamismo do empreendedorismo virado para o exterior pode ainda ser reforçado com o aprofundamento da ligação às comunidades emigradas. Atualmente há mais de 1,5 milhões de açorianos e seus descendentes a viver no estrangeiro. Cerca de 400 mil vivem no Canadá, o principal destino, onde cerca de 70% é oriunda das ilhas de S. Miguel e Terceira. As outras grandes comunidades estão instaladas nos EUA e no Brasil. A ligação às comunidades de emigração açoriana é, essencialmente afetiva, existindo um forte potencial de cooperação económica a partir destas ligações, nomeadamente pela captação de fundos da diáspora açoriana.

³⁸ http://web.spi.pt/GEMacores2012/files/GEM_Acores_2012.pdf

Construção

O Serviço Regional de Estatísticas dos Açores indica que o número de licenças concedidas para construção tem vindo a decrescer na Ilha Terceira. Entre 2008 e 2012, verificou-se um decréscimo de 54% no total de licenças concedidas para construção (de 410 para 190), tornando evidente a evolução adversa que este setor sentiu na região e a nível nacional.

Contudo, existem duas oportunidades. A primeira associada à necessidade de preparar e rentabilizar as infraestruturas (porto, aeroporto, parque tecnológico) e reconversão para a legislação nacional dos imóveis libertados pelos norte-americanos. A segunda, ao nível da reconstrução de imóveis. O índice de reconstruções por 100 novas obras concluídas no concelho de Angra do Heroísmo foi muito superior em 2013: 7,4 face a 3,1 e 5,5, respetivamente nos Açores e em Portugal).

Quadro 21 – Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (N.º) por Localização geográfica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	3,3	3,3	3,6	3,7	4,6	5,5
Continente	3,4	3,4	3,6	3,8	4,8	5,7
Região Autónoma dos Açores	2,7	2,7	4	2,4	3,5	3,1
Angra do Heroísmo	5,8	8,8	6,4	6,5	15,5	7,4
Vila da Praia da Vitória	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Destaque-se ainda, a nível do “Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira” (PREIT), um conjunto de medidas relativas à antecipação de obras sob a sua dependência, totalizando valores de empreitadas na ordem dos 52,5M€ em 2015, e 8,35M€ em 2016.

Aposta na produção de Energias “limpas”

A aposta nas energias renováveis possibilita a redução da dependência energética do exterior e tem um efeito ambiental positivo. A aposta numa maior utilização de energias renováveis, explícita no Programa Operacional Açores 2020, prevê para a Terceira um crescente abastecimento com energias limpas. Esta aposta consubstancia-se no projeto “Green Islands” do MIT – Portugal, que visa maximizar a contribuição das energias renováveis. Em 2012, o diesel e o fuelóleo eram ainda responsáveis por 72% da oferta da energia nos Açores (Eletricidade dos Açores).

Neste âmbito, está em desenvolvimento um projeto geotérmico que compreende a execução de poços de produção e de reinjeção, e a construção de uma central geotérmica de 12 MW (Geoterceira uma parceria entre a Eletricidade dos Açores e a EDP).

A esta central juntam-se 3 instalações para o aproveitamento de energia hídrica e 1 parque eólico na Serra do Cume, de 9 MW de potência instalada, com 15 aerogeradores e capacidade de produção anual de 26 GWh (12% do total da produção elétrica). A energia deste parque está avaliada em condições ótimas de vento, pela Universidade dos Açores, em 2M€/ano (1M€/ano por 4,5 MW de potência instalada).

Adicionalmente, está em estudo um projeto, financiado pela FLAD, para a instalação de uma central hídrica reversível, que permitirá armazenar energia durante a noite e estabilizar a oferta da ilha, ultrapassando a instabilidade associada à produção de energia de origem eólica. Este estudo prevê ainda a disponibilização de 11 MW para venda a empresas do parque industrial de Angra do Heroísmo.

Parte II: Proposta de Atuação

II.1. Oportunidades: Medidas a implementar

O processo de identificação e seleção de potenciais medidas a implementar incluiu um exaustivo processo de recolha de informação e de auscultação de diversas entidades e personalidades de reconhecido mérito e importância local, sobre os desafios estruturais e as oportunidades existentes para a economia da Terceira.

Este processo deu origem às medidas propostas para atenuar o impacto da eventual redução de efetivos norte-americanos na Base das Lajes e para criar condições para um desenvolvimento sustentável na Terceira.

CURTO E MÉDIO PRAZO	<ol style="list-style-type: none">1) Apoiar o futuro dos trabalhadores2) Dinamizar o uso do imobiliário libertado na Base das Lajes3) Promover a Terceira junto de investidores4) Potenciar a liberalização do espaço aéreo dos Açores
MÉDIO E LONGO PRAZO	<ol style="list-style-type: none">5) Alavancar os fundos Portugal 20206) Afirmar o turismo como um motor do crescimento7) Canalizar investimento para a pesca e aquacultura8) Transformar o sector agropecuário9) Desenvolver novas atividades ligadas ao mar10) Implementar uma cultura empreendedora

II.1.1. Curto e Médio prazo

Os principais efeitos da redução de efetivos norte-americanos na Base das Lajes serão imediatos, pelo que são necessárias medidas que atuem no sentido de atenuar as suas consequências e que criem condições para aumentar o potencial de crescimento da Terceira.

1) Apoiar o futuro dos trabalhadores

Disponibilizar apoio aos trabalhadores que poderão ficar desempregados e proporcionar uma perspetiva de futuro em termos profissionais. Este apoio poderá ser necessário apenas após Março de 2016, uma vez que os EUA não irão concretizar qualquer processo de despedimento coletivo até esta data.

Os trabalhadores portugueses que forem despedidos a partir de Março de 2016 poderão concorrer em condições preferenciais, pelo período de um ano, a vagas que venham a ser abertas pelo Comando norte-americano para contratados locais. Os trabalhadores portugueses que continuarão ao serviço da Força Aérea dos EUA nas Lajes poderão beneficiar de um pacote de requalificação profissional, bem como de oportunidades de promoção e mobilidade dentro do quadro de pessoal português ao serviço dos EUA na Base.

A. Indemnizações, subsídio de desemprego e reforma³⁹

As indemnizações pelo fim do contrato de trabalho na Base das lajes estão previstas no artigo 13º do Acordo Laboral integrado no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA. O seu valor deverá rondar 50 mil € por trabalhador, uma vez que a antiguidade média é de 22 anos. A estimativa baseia-se em informação da Comissão de Trabalhadores das Lajes sobre a massa salarial e antiguidade:

- Para 500 trabalhadores, valor total da indemnização de 25 M€ (responsabilidade dos EUA)
- Aos quais se tem de acrescentar as indemnizações pela perda de emprego indireta

O apoio imediato aos trabalhadores dispensados resulta ainda da aplicação da legislação relativa ao subsídio de desemprego e à possibilidade de acesso a reforma. Em Dezembro de 2014, havia 724 trabalhadores por conta de outrem, com remunerações declaradas à Segurança Social, cuja entidade empregadora era o Departamento da Força Aérea Americana (Fonte: Segurança Social) e que tinham uma média de idades de 48 anos.

Destes, 714 apresentam um registo de remunerações declaradas à Segurança Social igual ou superior a 15 meses, o que os torna elegíveis a aceder à prestação de subsídio de desemprego⁴⁰. Os trabalhadores que em 1 de Abril de 2012 (data da nova legislação) já tivessem acesso ao subsídio de desemprego continuam cobertos pelo anterior regime legal, o que significa que um trabalhador de 48 anos pode beneficiar entre um prazo mínimo de 720 dias e um máximo de 1.140 dias⁴¹.

No entanto, existem trabalhadores que podem ter acesso imediato à reforma, com ou sem antecipação do prazo legal. De acordo com as regras atuais da Segurança Social, um trabalhador poderá aceder à pensão de velhice no regime geral, sem qualquer penalização, a partir dos 66 anos. Esta situação abrange 17 trabalhadores.

Existe também a possibilidade de reforma antecipada, seja pelo regime de flexibilização da idade de reforma com penalização (por cada ano de antecipação em relação aos 66 anos), seja pelo regime próprio de antecipação da idade de reforma por desemprego de longa duração. Neste caso a pensão só seria recebida após o subsídio de desemprego.

De acordo com este regime, nas situações de desemprego de longa duração devidamente comprovadas e após esgotado o período de concessão dos subsídios de desemprego, os beneficiários podem aceder à pensão de velhice, por antecipação da idade, nas condições expressas no quadro seguinte:

Quadro 22 – Condições de acesso a pensão de velhice por desemprego de longa duração

Data em que fica desempregado	Data em que começa a receber a pensão	Redução da pensão
52 anos ou mais. Pelo menos 22 anos de descontos para a Seg. Social	57 anos ou mais	0,5% por cada mês de antecipação em relação aos 62 anos
57 ou mais	62 anos ou mais com prazo de garantia (15 anos) para a pensão de velhice	Sem redução

³⁹ Existe ainda possibilidade de os trabalhadores beneficiarem de pensão extraordinária, no âmbito da Lei nº 32/96, 16 de Agosto.

⁴⁰ Considerando as variáveis relevantes para o apuramento do prazo de garantia para acesso à prestação de desemprego, montante da prestação e prazo de atribuição da prestação (carreira contributiva desde a última situação de desemprego, idade e remunerações declaradas ao longo do último ano). Mesmo com um registo de remunerações inferior poderia ser possível aos restantes 10 trabalhadores acederem ao subsídio social de desemprego. Contudo, dado que a atribuição desta prestação depende da condição de recursos do seu agregado familiar, optou-se por não incluir estes casos nos cálculos.

⁴¹ <http://www4.seg-social.pt/subsidio-de-desemprego>.

Deste modo, e atendendo à estrutura etária dos trabalhadores civis da Base, constata-se que 296 trabalhadores estão em condições de aceder a uma pensão antecipada após esgotado o prazo de concessão do subsídio de desemprego. No total, 313 trabalhadores poderão ter acesso a reforma.

Quadro 23 – Distribuição dos 714 trabalhadores por idade (Dezembro de 2014)

Trabalhadores	Nº
Até 51 anos	401
Entre 52 e 56 anos	151
Entre 57 e 65 anos	145
66 ou mais anos	17

O cálculo individual das prestações de desemprego realizado abrangeu todos os 714 trabalhadores e seguiu as regras gerais previstas na lei. No essencial, a prestação corresponde a 65% da remuneração de referência (tendo-se utilizada a remuneração média declarada nos últimos 12 meses disponíveis), aplicando-se um conjunto de limites, seja no valor máximo (igual a 2,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais, correspondente a € 1.048,05), seja no valor mínimo (€ 419,22), sejam noutros limites intercalares, em particular a limitação da prestação a um máximo de 75% da remuneração de referência líquida (de IRS e da taxa contributiva a cargo do trabalhador – 11%).

A remuneração média mensal destes trabalhadores em 2014 ascendeu a € 1.853, resultando em um prazo médio de atribuição da prestação de aproximadamente 970 dias, com um valor médio de subsídio de desemprego de € 913. Uma parte substancial dos trabalhadores (401) tem direito à prestação máxima, € 1.048,05.

Se todos os trabalhadores transitassem para o desemprego (714), e assumindo que permaneciam desempregados durante todo o período de atribuição do subsídio, o custo total ascenderia a 20 M€⁴². No primeiro ano, implicaria encargos globais para a Segurança Social de 7,4 milhões de euros. No segundo ano o encargo seria de 6,5 milhões de euros, 5 no terceiro e 0,8 no 4º ano, pressupondo que os trabalhadores não regressam ao mercado de trabalho.

Como ainda não está definido quantos e quais serão os trabalhadores afetados pela redução de efetivos, os resultados são apresentados por grupos de 100 trabalhadores. Assumindo que apenas 100 trabalhadores seriam dispensados, os encargos seriam substancialmente mais reduzidos: 1,04 milhões de euros no primeiro ano, 0,9 no segundo, 0,7 no terceiro e 0,1 no 4º ano.

Quadro 24 – Apoio através de subsídio de desemprego (10⁶ euros)

Milhões de Euros	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
100 Trab. PT	1,04	0,90	0,69	0,11	2,75
200 Trab. PT	2,08	1,81	1,39	0,21	5,49
300 Trab. PT	3,12	2,71	2,08	0,32	8,24
400 Trab. PT	4,16	3,62	2,78	0,43	10,98
500 Trab. PT	5,20	4,52	3,47	0,54	13,73
714 Trab. PT	7,43	6,45	4,96	0,77	19,61

Para além dos trabalhadores da Base das Lajes, o subsídio de desemprego vai ainda cobrir o desemprego indireto, elevando o valor total de subsídios até 30 M€.

⁴² Este valor acresce a 25,6 M€ de perda de receita da SS (capítulo I.2), num custo total de 45,6 M€ em 4 anos.

B. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Realizou-se uma reunião em Bruxelas com a Equipa do FEG – Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização – com o objetivo de avaliar a possibilidade de uma candidatura pela redução de efetivos nas Lajes ao Fundo. A equipa do FEG mostrou disponibilidade e abertura para ponderar a elegibilidade desta situação, cabendo ao Governo Regional dos Açores preparar a candidatura caso seja necessário (o IEFP prestará o apoio técnico), e em particular assegurar a fundamentação sobre a elegibilidade desta situação.

A candidatura deverá ser apresentada por parte do Governo Regional dos Açores, se se concretizar o processo de rescisão dos contratos de trabalho e se se atingir o mínimo de 500 trabalhadores afetados, (direta e indiretamente) no prazo de 4 meses, tal como exigido pelos critérios de intervenção. O valor esperado do apoio, calculado com base em episódios anteriores relativos a empresas portuguesas e de outros países, poderá atingir os 5 M€ (correspondentes a aproximadamente 5.000 € por trabalhador).

C. Apoio à fixação dos jovens

A fixação dos trabalhadores mais jovens na Terceira passa pela implementação de diferentes medidas:

- Incentivo ao empreendedorismo com base nos apoios disponíveis para a criação de empresas e em coordenação com as entidades presentes no Parque Tecnológico da Terceira:
 - Desenvolvimento de iniciativas de formação para jovens empreendedores, nomeadamente no âmbito do ensino técnico-profissional;
 - Empreende Jovem: subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 50%, para jovens empreendedores (18-35 anos) com investimento entre 15 e 300 mil€.
- Requalificação dos trabalhadores das Lajes pelo acesso a bolsas para o Ensino Superior e através de cursos de especialização tecnológica, em coordenação com a Comissão Representativa dos Trabalhadores e com o Comando da Base:
 - Bolsas de Estudo Dias de Melo – atribuídas anualmente pelo Governo dos Açores e destinadas a estudantes açorianos ou de ascendência açoriana, com residência fixa nos EUA ou no Canadá, com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos.
 - Programa PAPSsummer (Portuguese-American Postgraduate Society) com estágio de 4 semanas em universidades, centros de investigação ou empresas nos EUA e Canadá.
 - Programa Fulbright – financiado pelos EUA e destinado a incrementar o intercâmbio de indivíduos, conhecimentos e tecnologias. Foi assinado protocolo entre a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e a Universidade dos Açores para a criação do fundo de mobilidade “Crossing the Atlantic”, que permite o intercâmbio entre estudantes, docentes e investigadores.
- Homologação da formação ministrada pelos EUA aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes através de um processo assistido (conjunto entre EUA e Portugal) de certificação de formação e qualificação profissional, permitindo a equiparação das qualificações obtidas com as legalmente aceites em Portugal e facilitando a reentrada destes trabalhadores no mercado de trabalho.
- Eliminação da tributação de subsídios aos jovens agricultores. Os jovens agricultores que são empresários em nome individual estão a ser tributados pelos subsídios ao investimento recebidos, por 70% deste valor ser englobado no rendimento relevante para o cálculo da tributação. O Código Contributivo prevê, no artigo 162º, que sejam englobados 70% das

prestações de serviços e 20% das vendas e rendimentos associados à produção, não referindo os valores recebidos por subsídios ao investimento.

- No âmbito das medidas de política ativa de emprego: estágios de 6 meses, prorrogáveis por mais 5, e apoio à transição para o mercado de trabalho pelos serviços de emprego locais.

2) *Dinamizar o uso do imobiliário libertado na Base das Lajes*

A redução da atividade norte-americana nas Lajes conduz à libertação de uma parte significativa do imobiliário que os norte-americanos estão atualmente a utilizar. **A dinamização do uso destes imóveis poderá ter um efeito positivo para a população e para as empresas da Terceira**, especialmente do concelho da Praia da Vitória.

Os norte-americanos deverão libertar cerca de 344 edifícios e construções (habitações, armazéns, oficinas e pequenas construções de apoio)⁴³ dos quais 190, com um valor de 75,5 M€ e com potencial para serem reaproveitados.

Quadro 25 – Valor Estimado dos Imóveis a libertar na Base das Lajes

Edifícios	Nº	Área de Construção (m2)	Valor unitário USAF** (€/m2)	Valor total USAF** (M€)	Valor unitário GEE (€/m2)	Valor total GEE (M€)
1 -Edifícios a entregar pela USAF ("on-base")	56	47.221	212	10,0	250	11,8
2 -Edifícios a entregar pela USAF ("off-base")						
2.1 Edifícios de habitação*	104	76.238	211	16,1	725	55,3
2.2 Edifícios de apoio	6	11.729	213	2,5	250	2,9
3 - Edifícios a demolir pela USAF (edifícios de apoio)	24	21.974	166	3,6	250	5,5
Total	190	157.162		32,2		75,5

* Cada edifício possui vários fogos

**Considerou-se 1€=1,08 \$

As estimativas do valor total dos 190 imóveis foram feitas com base nos seguintes critérios:

i) Para os edifícios de apoio (armazéns, oficinas, escolas, pavilhões e edifícios administrativos) tomou-se um valor de 250€/m2, que é um valor de construção e não envolve a parcela do terreno, de forma a compensar o facto de serem necessários custos adicionais para os colocar em uso civil. Obteve-se assim um valor total de 14,7 M€ (11,8 M€ + 5,5 M€) para 62 edifícios a entregar e um valor de 5,5 M€ para 24 edifícios a demolir.

Note-se que as autoridades militares norte-americanas manifestaram a intenção de demolir ("return to a grass field") um total de 35 edifícios (onde estão estes 24), dispendo de um orçamento de USD 26,7 M.

ii) Os 104 edifícios de habitação, correspondentes a 450 fogos de fácil aproveitamento para fins civis, estão fora do perímetro da Base e terão um valor total de cerca de 55,3 M€ (valor unitário de 122.890 €)⁴⁴. Estes edifícios de habitação representam 1,8% do nº total de fogos existentes na Terceira (fonte: INE) e dividem-se entre o bairro Nascer de Sol (18,9 M€) e o bairro Beira Mar (36,4 M€).

⁴³ Listagem disponibilizada pelos EUA na Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA. Compreende 344 itens: 104 edifícios de habitação, 86 edifícios de apoio, 24 campos desportivos, campos de crianças e espaços particulares, 26 infraestruturas de apoio (depósitos, plataformas, depósitos de lixo), 99 construções de apoio (passeios, bombas, estradas, vedações, pequenas coberturas) e 5 pequenos terrenos. O conceito de "edifício" para a US for Azores inclui estruturas como passeios e bocas-de-incêndio.

⁴⁴ O valor obtido por Borba, J. e Dentinho, T. (2011) para a Ilha Terceira, numa amostra de 200 habitações recolhida pelos próprios junto de imobiliárias, foi de 99.897 €.

Esta estimativa assenta no valor médio da habitação no concelho da Praia da Vitória, segundo avaliação bancária publicada pelo INE. Este valor médio engloba edifícios modernos, antigos e bastante antigos. Os edifícios de habitação entregues teriam à partida um valor superior à média, mas requerem custos acrescidos para que sejam colocados em conformidade com a legislação nacional, pelo que se admite nesta estimativa que os dois efeitos se compensam entre si. Sendo a área média coberta destes fogos de 169 m², valor muito superior ao da área média de um fogo na ilha, e porque a área coberta engloba também zonas de telheiros, o preço unitário por m² será bastante menor aos 1036 €/m² publicados pelo INE, tendo-se assumido uma redução de 30% que conduz ao preço de 725 €/m².

Os edifícios libertados poderão ter diferentes usos, destacando-se ainda o equipamento da escola e da clínica que serão desativadas. A Força Aérea Portuguesa deverá manifestar interesse numa parte das estruturas que a US Air Force indicou que iria desocupar, nomeadamente em virtude da sua utilização militar. Adicionalmente, poderão ser utilizados ainda para venda ou aluguer a famílias, habitação social, aproveitamento para empresas, integração em parque industrial, etc.

Note-se, contudo, que é ainda necessário conhecer as condições em que serão entregues ao Estado português as infraestruturas libertadas pelos norte-americanos.

Para além do imobiliário, o sector da construção terá também como oportunidade:

- Preparar infraestruturas (porto, aeroporto, parque tecnológico) para a sua maior utilização;
- Reconverter para a legislação nacional os imóveis libertados nas Lajes pelos norte-americanos;
- Aproveitar medidas relativas à antecipação de obras, que representam empreitadas no valor de 52,5M€ em 2015, e 8,35M€ em 2016 (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira).

3) *Promover a Terceira junto de investidores*

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em articulação com o Governo dos Açores (através da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores), apoia a **promoção da Terceira junto de investidores** através de:

- Apresentação realizada a investidores japoneses sobre potencialidades dos Açores para exploração de aquacultura e pesca
- Preparação de apresentação a investidores sobre os Açores / Ilha Terceira
- Preparação de dossiers comerciais sobre temas e sectores com potencial interesse para investidores como Agroindústria, Mar e outros
- Estabelecimento de contactos com potenciais parceiros para negócio de *hub* para *transshipment* de mercadorias de maior valor no Atlântico Norte, reduzindo significativamente os dias necessários para o transporte entre Europa e América
- Estabelecimento de contactos com parceiros para o desenvolvimento do Turismo de Saúde

Na sequência do que foi acordado aquando da visita à Ilha Terceira, a SDEA, a convite da AICEP, já reuniu com a AICEP tanto em Lisboa como no Porto para (1) receber formação para a preparação dos dossiers de angariação e (2) partilhar as "melhores práticas comerciais".

O objectivo de se desenvolverem dossiers, um geral sobre os Açores e outros sectoriais (p.ex., saúde, logística, AGRO, Mar), visa incorporar esta informação no material de angariação da AICEP.

Assim que estes temas estiverem encerrados poderá ser incorporada esta oferta na atividade da AICEP. Nesse âmbito, vale a pena ter em conta que, embora já tenha sido indicado e feitos esforços por parte da AICEP junto de alguns investidores internacionais sobre as vantagens dos Açores em sectores tais

como o mar (exemplo), este trabalho só gerará um *pipeline* consistente de investidores dentro de alguns meses, e dado o desconhecimento atual deste destino como alternativa de investimento, é sempre necessário alguma insistência adicional.

A intervenção da AICEP pode ainda apoiar o aproveitamento de outras oportunidades identificadas, nomeadamente a procura de parceiro para a comercialização dos laticínios e para a participação no projeto COSTA.

4) Potenciar a liberalização do espaço aéreo dos Açores

A liberalização do espaço aéreo dos Açores e a recente entrada das companhias *low-cost* nas rotas para S. Miguel, constituem um **primeiro passo para que os fluxos turísticos para a Terceira possam crescer rapidamente**. Para que isso se concretize é necessário que haja:

- Afirmação, pela Terceira, de fatores de atração específicos para motivar as companhias de aviação;
- Aproveitamento da liberalização da rota da Terceira através da vinda de companhias *low-cost* também para a ilha;
- Facilitação e incentivo das viagens entre S. Miguel e as outras ilhas, incluindo a Terceira;
- Aumento das ligações da Terceira ao exterior e abertura a novos operadores turísticos.

Adicionalmente, existe a possibilidade de estabelecer a Ilha Terceira como uma plataforma privilegiada de acesso *low-cost* aos EUA, seja pelo recurso às próprias companhias aéreas, seja através da combinação das rotas destas empresas entre o continente europeu e os Açores, com os voos regulares da SATA dos Açores para o continente americano, aumentando o número de paragens técnicas realizadas na ilha.

II.1.2. Médio e Longo prazo

As medidas a tomar a médio e longo prazo não visam diretamente responder à redução de efetivos norte-americanos na Base das Lajes, mas criar condições para que a Terceira seja mais competitiva e tenha um crescimento sustentável e criador de emprego. Desta forma, os terceirenses poderão ambicionar um nível de vida mais elevado e a economia terceirense ficará melhor preparada para eventuais adversidades que surjam no futuro.

A implementação do Programa Operacional dos Açores 2020 constitui uma oportunidade única pois permite canalizar 1.440 M€, equivalente a 30% do PIB do arquipélago, para a economia açoriana. O aproveitamento eficiente destes fundos, complementada pela implementação de um regime de isenção fiscal extraordinária orientada para atividades económicas, que potenciem o rápido crescimento de empresas e do emprego é condição essencial para reforçar a competitividade das empresas e garantir o seu impacto positivo no desenvolvimento dos Açores e da Terceira.

O benefício fiscal extraordinário deverá estar orientado para atividades económicas com grande potencial de crescimento no médio prazo, com maior possibilidade de criação de emprego e que sendo setores transacionáveis, atraiam investimento e novas empresas, reforcem a competitividade da ilha e reduzam a dependência da economia interna.

Entre as atividades com estas características destacam-se o Turismo e todas as atividades que facilitem a circulação de pessoas entre as ilhas dos Açores, a Pesca e Aquacultura, e o Porto da Praia da Vitória (Construção e Reparação Naval; terminal de contentores), que apresentam grande potencial de crescimento não só pela dimensão atual da Zona Económica Exclusiva mas também pela futura, caso o seu alargamento se venha a confirmar.

A operacionalização deste benefício seria efectuada mediante a definição de um “Código Fiscal ao Investimento na Ilha Terceira” que indicaria quais as atividades, as condições e respectivos termos em que os promotores locais se poderiam candidatar a este benefício.

5) Alavancar os fundos Portugal 2020

Os fundos Portugal 2020 constituem uma grande **oportunidade para reorientar a economia da Terceira para o mercado externo** e, deste modo, aumentar o crescimento e o nível de vida da população.

Os Açores estão numa posição única para alavancar os 1.440 M€ de que dispõem até 2020 para mudar a estrutura da sua economia e a da Ilha Terceira. Estão no grupo das regiões menos desenvolvidas da UE (PIB *per capita* <75% da média da UE) e são enquadrados no objetivo “Investimento no Crescimento e no Emprego nos Estados-Membros e Regiões” nos seguintes sete Programas Operacionais:

- **Regionais:**
 - Programa Operacional dos Açores 2014-2020 (PO Açores 2020);
 - Programa de Desenvolvimento Rural para os Açores 2014-020 (PRORURAL+);
- **Temáticos:**
 - Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização (POCI), do Fundo de Coesão;
 - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito da “Iniciativa Emprego Jovem” (IEJ);
 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR);
 - Programa Operacional Mar 2020;
 - Programa Operacional de Assistência Técnica.

Os fundos disponíveis poderão ser incrementados (no exemplo concreto dos fundos do FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca, se os Açores esgotarem a dotação existente, poderão ser libertos fundos adicionais até ao máximo de 24,4 M€ especificamente para a Ilha Terceira)

Quadro 26 – Dotações FEEI atribuídas aos Açores (2014-2020)

Programa Operacional	FEEI	
	Fundo	Dotação
PO Inclusão Social e Emprego	FSE *	5.304.989
PO Açores 2020	FEDER **	825.027.000
	FSE	314.725.011
PDR - R.A. Açores (PRORURAL+)	FEADER	295.282.051
TOTAL		1.440.339.051

* Dotação relativa à "Iniciativa Emprego Jovem-(IEJ) Açores".

** Inclui 57.500.000€ de dotação RUP (Região Ultraperiférica).

Fonte: Acordo de Parceria 2014-2020.

O restante valor corresponde a 825M€ assegurados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (em que 57,5 M€ é alocação específica para as Regiões Ultraperiféricas - RUP), e 314,7 M€ pelo Fundo Social Europeu. Nos demais programas temáticos, para os quais o arquipélago é elegível, as condições de concorrência com as outras regiões para a atribuição de verbas financeiras são iguais (no POISE está contemplada uma verba específica no contexto da “Iniciativa Emprego Jovem” que ascende a 5,3 M€).

Alguns dos programas supramencionados contemplam dotações específicas para os Açores, em matéria de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). É o caso concreto dos Programas PO Açores 2020 e PRORURAL+, por força destes instrumentos de programação terem aplicabilidade de caráter regional. O quadro seguinte apresenta o respetivo plano de financiamento, sendo que a maior concentração de recursos do programa (24%) se encontra alocada ao reforço da competitividade das PME, seguindo-se-lhe o investimento na educação e na formação (20%).

O Programa Operacional para os Açores (PO Açores 2020) apresenta quatro grandes orientações estratégicas, alinhadas com as orientações da Estratégia Europa 2020 (Caixa 2):

- Uma região aberta e inovadora na utilização dos recursos, com uma economia diversificada e assente numa dinâmica de exportação, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte entre a Europa e o continente americano, complementada com a utilização das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando deste modo a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida e de acesso ao emprego;
- Um ambiente distintivo, suportado em espaços urbanos qualificados e num património natural e cultural diferenciado, com respostas adequadas na proteção da biodiversidade e na adaptação às alterações climáticas.

Quadro 27 – PO Açores 2020: quadro síntese por objetivo temático

Objetivos Temáticos	FUNDO	Comparticipação Comunitária	% no PO	% no Fundo
OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	FEDER	48.700.000	4,27	5,9
OT2 - Melhorar o acesso às TIC	FEDER	12.000.000	1,05	1,5
OT 3 - Reforçar a competitividade das PME	FEDER	270.578.500	23,74	32,8
OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	FEDER	48.735.000	4,28	5,9
OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	FEDER	31.800.000	2,79	3,9
OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	FEDER	57.313.500	5,03	6,9
OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	FEDER	105.000.000	9,21	12,7
OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	FSE	97.795.011	8,58	31,1
OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	FEDER	83.500.000	7,33	10,1
	FSE	88.900.000	7,80	28,2
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	FEDER	102.400.000	8,98	12,4
	FSE	126.000.000	11,06	40,0
OT11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	FSE	2.030.000	0,18	0,6
OT12 - Alocação Específica para a Ultraperiferia	FEDER	57.500.000	5,04	7,0
Assistência Técnica	FEDER	7.500.000	0,66	0,9
Total FEDER		825.027.000	72,39	100
Total FSE		314.725.011	27,61	100
TOTAL		1.139.752.011	100,00	-

Fonte: PO AÇORES 2020.

Os objetivos de reforçar a produtividade regional, favorecer a produção de bens transacionáveis e apostar na I&D, como forma de diversificar e aumentar o valor gerado nos Açores, e de promover o emprego e a coesão social e territorial, estão entre os que podem ir de encontro à necessidade de reorientar a economia açoriana e da Terceira.

Caixa 2: Objetivos do Portugal 2020

No âmbito da Política de Coesão da União Europeia para o período 2014-2020, o Programa Portugal 2020 reúne a atuação de cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), mais concretamente os seguintes: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, FSE - Fundo Social Europeu, FEADER - Fundo Europeu do Desenvolvimento Rural e FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas. Irá decorrer entre 2014 e 2020, envolvendo um total de cerca de 25 mil milhões de euros, tendo por base os seguintes objetivos principais:

- Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis;
- Incremento das exportações;
- Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
- Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
- Redução dos níveis de abandono escolar precoce;
- Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
- Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Reforço da coesão territorial;
- Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

A dotação financeira visa também promover a mobilidade regional em articulação com as ligações com o exterior. Estes apoios, em que se destaca a compensação dos sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas que será aplicada no financiamento do serviço público de transporte inter-ilhas, poderão facilitar a circulação de turistas e o conseqüente aumento dos fluxos para a Terceira, produzindo um efeito positivo na atividade económica desta ilha.

6) *Afirmar o turismo como um motor do crescimento*

As potencialidades turísticas da Terceira, a capacidade instalada em termos hoteleiros, as infraestruturas existentes, nomeadamente o Aeroporto das Lajes e os portos da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo e a liberalização do espaço aéreo, tornam o **turismo como um dos principais potenciadores do desenvolvimento económico** a médio e longo prazo.

A Terceira apresenta rácios relativamente baixos em termos de proveitos por turista (107€), número médio de dormidas (2,4) e taxa de ocupação hoteleira (23%). O valor total anual das receitas hoteleiras é de 6,6 M€. Por cada 10.000 turistas adicionais que pernoitem na Terceira é originada o crescimento da receita na hotelaria em 1 M€. Este valor não considera outros proveitos (lojas, restauração, visitas a museus, atividades *outdoor*, etc.) e será superior se o número de turistas e a permanência média aumentarem.

O primeiro passo é o aumento das rotas para a Terceira e a abertura a novos operadores turísticos para que o número de visitantes cresça. Mas a maior contribuição do turismo para o desenvolvimento da Terceira requer também que se criem as condições para o aumento da receita por turista, através de períodos de permanência mais alargados:

- Afirmação, pela Terceira, de fatores específicos de atração turística como o património de Angra do Heroísmo ou as festas Sanjoaninas, diferenciando-a das características das restantes ilhas do arquipélago e combatendo a sua menor dimensão (extensão menor das visitas);
- Captação de turistas para nichos como o turismo de fim de semana, associado a desportos náuticos e de época baixa;
- Agilização do tráfego marítimo e aéreo inter-ilhas para melhor aproveitamento do fluxo de turistas dentro do arquipélago, aproveitando o fundo para as regiões ultraperiféricas;
 - Neste âmbito, está projetada a construção de dois navios *roll-on, roll-off* com capacidade para 650 passageiros e 150 viaturas, para operar entre as ilhas dos Açores.
- Coordenação estratégica entre as diferentes ilhas, nomeadamente através da definição de rotas inter-ilhas, destacando complementaridades, facilitando deslocações, nomeadamente em termos de preços e potenciando o reconhecimento por operadores e agentes turísticos a nível internacional dos prémios recebidos pelos Açores⁴⁵;
- Utilizar vantagens fiscais existentes para atrair reformados do Norte da Europa como residentes sazonais;
- Exploração de novos mercados, como o norte-americano, canadiano e brasileiro, por exemplo aproveitando a origem açoriana de personalidades das artes (e.g. Tom Hanks) ou da política;
- Diversificação da oferta turística, aproveitando as diferentes potencialidades da ilha (e.g. turismo de aventura, de saúde e bem estar ou gastronómico);
- Aposta na utilização de canais digitais para divulgação turística, nomeadamente:
 - Aquisição de prioridade em motores de busca como o Google;
 - Articulação com operadores turísticos e empresas de aviação para prioridade na publicidade *on-line* dos Açores dos seus portais;
 - Envio de informação *on-line* para mercados específicos em alturas particulares do ano, em que seja mais provável a tomada de decisão sobre destinos turísticos;
 - Convite à visita por parte de jornalistas estrangeiros;
 - Criação de prémios associados ao turismo usando as redes sociais e envolvendo as características distintivas da ilha, como o património ou a gastronomia.

7) Canalizar investimento para a pesca e aquacultura

O futuro deste sector na Terceira passa pela forma como os agentes económicos conseguirão aproveitar as oportunidades existentes. A **disponibilização de fundos europeus e a estabilização do sistema financeiro nacional permitem o acesso ao capital necessário para desenvolver o sector da pesca** e que neste momento apresenta anualmente capturas de 3,8 M€.

Também neste sector, é necessário aumentar o valor acrescentado da fileira, mas também diversificar as espécies usadas em preparados de pescado, nomeadamente face à concorrência de frotas estrangeiras e à existência de quotas. A melhoria dos transportes para mercados externos, designadamente por via aérea, será também importante para a colocação de produtos frescos noutros mercados.

A médio prazo, o potencial de crescimento pode estar na aquacultura, atividade económica sustentável que não é praticada na Terceira nem nos Açores, mas que pode beneficiar de procura em

⁴⁵ Em 2014, o destino 'AZORES' obteve a única medalha de platina e o 1º lugar nos TOP 100 destinos Europeus para Global Sustainable Tourism Review; a National Geographic Traveler classificou os Açores em segundo lugar no top mundial de turismo sustentável e, em 2013, a Região voltou a ser reconhecida como o melhor destino turístico "verde" da Europa (Quality Coast GOLD), um galardão atribuído pela European Coastal & Marine Union.

Portugal (onde o consumo *per capita* de peixe é dos maiores do Mundo) e em países tão diferentes como os escandinavos ou o Japão e a China.

A aposta na aquacultura requer:

- Avaliação do potencial de mercado das espécies existentes nos Açores, incluindo as migratórias como o Atum;
- Avaliação da possibilidade de exploração de espécies com maior sucesso comercial (ex. Robalo, Dourada ou Pregado, que não existem nos Açores), dadas as condições físicas da ilha e do mar;
- Identificação de zonas marítimas para concessão à indústria de aquacultura e aproveitamento da plataforma marítima dos Açores;
- Investidores privados com conhecimento de produção e do mercado, e com capital que estejam disponíveis para investir nesta área.

A AICEP, em articulação com o Governo Regional dos Açores, está a preparar a apresentação de potenciais zonas de aquacultura para apresentação em *roadshows* internacionais. Uma primeira apresentação foi feita recentemente, numa visita ao Japão, mas requer ainda trabalho adicional do Governo Regional dos Açores na identificação de todas as potenciais zonas.

A longo prazo, a aprovação pelas Nações Unidas da extensão das atuais 200 milhas para as 350 milhas náuticas tornará a área da plataforma continental portuguesa a 11ª a nível mundial, sendo alargada mais de dois milhões de quilómetros quadrados. Grande parte desta extensão irá ocorrer nos Açores e, a concretizar-se, deverá estar aprovada antes de 2020. Esta mudança requer:

- Avaliação do potencial de mercado das espécies migratórias que passam nos mares dos Açores;
- Planear a preparação de barcos e pescadores para a pesca de espécies migratórias com elevado valor comercial, como o Atum, de modo que possam estar em situação de igualdade concorrencial com os grandes armadores.

8) Transformar o sector agropecuário

A) Valorizar o leite

O sector representa 45M€ em produção de leite, mas apenas 74 mil € em exportações. A razão para esta diferença é que os laticínios produzidos na Terceira (leite em pó e manteiga não preparada), se destinam na sua maioria, a São Miguel. Um dos desafios é, por isso, **acrescentar valor à produção de leite**.

A resposta aos desafios com que este sector se defronta – maior valor acrescentado na fileira, maior capacidade de comercialização e de acesso a novos mercados e aumento da concorrência pela eliminação das quotas a nível da UE - passa por:

- Parceiro internacional para a Pronicol valorizar a produção e aumentar as exportações, a ser encontrado com o apoio da AICEP;
- Cooperação com as estruturas tecnológicas existentes na Terceira (Centro de Biotecnologia dos Açores e Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores), aproveitando o seu conhecimento para melhorar produtos e processos de fabrico;
- Investimento em novas unidades industriais de produtos agro-alimentares com incorporação de leite para além dos habituais produtos lácteos (ex. iogurtes, gelados, pão e bolos de leite,

bolachas, doces com leite, licores, chocolates, produtos gourmet e biológicos) de modo a aumentar o valor acrescentado do leite;

- Construção de uma nova fábrica do leite para reduzir dependência a um único comprador, eliminando o monopólio existente. Esta opção requer garantia de acesso a matéria-prima e capacidade de escoamento para o exterior;
- Promoção de marcas fortes associadas à imagem dos Açores e da Terceira, de forma a reforçar o valor acrescentado do leite produzido e dar resposta ao aumento da procura internacional por produtos diferenciados e de qualidade (como o queijo de São Jorge e do Pico, com imagem de marca associada à denominação de origem protegida (DOP)), valorizando as respetivas ilhas.

B) Reforçar a atividade pecuária

A produção de carne, especialmente a bovina, encontra-se num estágio de desenvolvimento um pouco mais avançado do que a fileira do leite. O valor da carne de bovino que é produzida na Terceira ronda os 15 M€, tendo um valor inferior ao do leite. Mas **as exportações de carne** (carcaças, comestíveis e preparados) **ultrapassam os 5 M€, representando mais de metade das exportações da Terceira.**

Apesar da maior orientação deste sector para o exterior, a valorização dos produtos transformados e em modo de produção biológica, é um dos eixos do futuro desenvolvimento da economia da Terceira:

- Potenciar a certificação com base na “Indicação Geográfica Protegida” para consolidar a produção de superior qualidade pelo recurso a pastagens naturais;
- Aumentar a dimensão das explorações para beneficiar de efeitos de escala;
- Diversificação e maior valor acrescentado na produção, com a aposta em produtos biológicos, fumados e outros;
- Crescimento via exportação para novos nichos e mercados, criando marca de exportação de carne bovina e potenciando a sua notoriedade no mercado nacional e internacional;
- Potenciar a ligação a infraestruturas locais de I&D e tecnologia;
- Atividade económica alternativa para os agricultores afetados pelo fim das quotas no leite.

C) Apostar em outros sectores

A produção de flores, de hortofrutícolas e de vinho apresenta potencial de crescimento via exportação, mas à semelhança da restante atividade agrícola requerem a definição de marcas, a valorização dos produtos e a capacidade de comercialização através de parceiros no exterior.

9) Desenvolver novas atividades ligadas ao mar

O desenvolvimento de novas atividades associadas ao mar, que complementem a pesca e a aquacultura e que integrem a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, **criarão maior potencial de crescimento económico na Terceira.**

Ao nível da dinamização da atividade portuária, estão identificados vários projetos com potenciais repercussões económicas positivas na Ilha Terceira:

- *Hub* para *transhipment* de mercadorias e redução de dias de transporte entre Europa e América.
- Integração logística com aeroporto (terminal de carga civil).
- Terminal de cruzeiros.
- Assistência de reparação de navios (escala técnica).

- Distribuição marítima militar dos EUA.
- Desenvolvimento do desporto náutico, incluindo a instalação de um centro de alto rendimento para Vela, Canoagem, Windsurf e Kite Surf que aproveite as condições favoráveis da Terceira e aproveite os equipamentos desportivos já existentes na ilha.
- Reparação e construção de barcos de recreio, bem como a sua varagem e invernação.

No âmbito do PREIT-“Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”, o Governo Regional dos Açores propõe várias medidas para dinamização do porto da Praia da Vitória:

- Investimento de 77 M€ para melhoramento e apetrechamento infraestrutural, de forma a prestar serviços de apoio energético (GNL), logístico e outros à navegação e transporte de carga internacional no Atlântico Norte (Projeto COSTA), bem como à náutica de recreio.
- Criação do Registo Internacional de Navios nos Açores, com vantagens operacionais específicas aos navios norte-americanos, para pleno acesso à cabotagem na União Europeia.
- Redução em 75% das tarifas aplicáveis no porto da Praia da Vitória à carga da ilha, por parte do Governo dos Açores, nos primeiros 3 anos e de 50% nos 3 anos seguintes. Para a descarga na ilha, tarifa 10% inferior ao aplicado na generalidade dos restantes portos dos Açores.
- Apresentação de uma candidatura para a criação da “Zona Económica Especial no Porto e Aeroporto do concelho da Praia da Vitória”, com benefícios fiscais específicos.
- Investimento numa Cadeia de Frio, no porto da Praia da Vitória e no Aeroporto das Lajes, para suporte às exportações de produtos perecíveis.

A concretização de alguns destes projetos requer a coordenação com a atividade de outros portos em Portugal, nomeadamente Sines e Barreiro, e investimentos consideráveis, sendo necessário atrair parceiros do sector privado para o seu financiamento.

Os recursos marítimos incluem ainda a possibilidade de prospeção e exploração de minerais (petróleo, gás) e o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos, cosméticos ou alimentares, que associem as empresas e as entidades que poderão integrar o Parque Tecnológico da Terceira, designadamente ao nível da biotecnologia e biomedicina.

No fundo do mar que rodeia a Terceira destaca-se a presença de sulfuretos polimetálicos, com uma riqueza em cobre que é mais de uma dezena de vezes superior à dos melhores minerados em terra, a que acrescem concentrações muito interessantes e nalguns casos únicas, de outros metais de grande valor comercial. Por outro lado, há também que ter em conta, a existência de importantes jazidas de hidratos de metano nas zonas abissais, uma potencial fonte de energia para o futuro.

Refira-se ainda, que o estudo de alguns organismos que habitam as fontes hidrotermais na proximidade dos Açores, tem permitido a descoberta de enzimas com potencial de serem utilizadas na indústria farmacêutica, na biomedicina, no processamento do papel, no desenvolvimento de novos detergentes e nas defesas imunitárias, entre outros.

Do mesmo modo, alguns trabalhos da Universidade dos Açores (e.g. Paiva *et al.*, 2013), demonstram a existência de potencialidades antioxidantes nas macroalgas comuns nos Açores, com aplicações que se podem estender da medicina à indústria alimentar ou produção de cosméticos.

10) Implementar uma cultura empreendedora

O crescimento do empreendedorismo, especialmente o que seja orientado para a exportação, constitui outra fonte potencial de crescimento:

- Dinamização dos serviços tecnológicos de apoio à economia, nomeadamente no Parque Tecnológico da Terceira, para a criação de novas empresas nas áreas agrícola, ambiental, de biotecnologia e de biomedicina.
- Dinamização das exportações pelo aprofundamento das ligações às comunidades emigradas, o que facilita o escoamento de produtos locais, designadamente os alimentares.
- Facilitar o acesso ao financiamento de forma a prevenir a saída de jovens, incluindo os que forem afetados pela redução nas Lajes e os que deixem a atividade agrícola.
- Aplicar benefícios fiscais para atrair jovens empreendedores das comunidades emigradas, aproveitando o suporte do recém-criado Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.

A dinamização do empreendedorismo na Terceira pode ser impulsionada pelos programas europeus de apoio ao investimento, incluindo o Programa Horizonte 2020, conjugados com incentivos regionais.

É também importante aproveitar os diferentes instrumentos disponíveis a nível nacional, que permitem não só facilitar o acesso ao crédito bancário, que assume vital importância no caso das PME, mas também aceder a fontes alternativas de financiamento.

Entre estes destacam-se as linhas de crédito garantidas pelo Estado, destinadas em particular a fomentar o investimento e as exportações, fundos de capital de risco que permitem capitalizar empresas que queiram apostar na inovação e na internacionalização, ou a Instituição Financeira de Desenvolvimento que vai atuar como catalisadora de investimentos privados.

As empresas da Terceira, e em particular as PME, podem aceder a estes apoios, conjugados com os créditos fiscais ao investimento para alavancar as suas estratégias de crescimento, focadas na internacionalização e na sua competitividade. As empresas com pagamentos retidos em Angola (31% das exportações da Terceira) podem também beneficiar da linha de crédito disponibilizada para o efeito.

A disponibilização destes apoios, permitirá ultrapassar os constrangimentos no acesso ao crédito com que as empresas terceirenses se defrontaram recentemente (o crédito concedido diminuiu 8,4% entre 2008 e 2013), em virtude da necessidade de estabilização do sistema financeiro e da desalavancagem de todos os sectores da economia portuguesa.

Parte III: Conclusão

A redução de efetivos na Base das Lajes poderá ter um impacto negativo significativo, numa ilha onde é difícil arranjar alternativas em termos de emprego. O efeito é maior quando considerado o impacto ambiental, que necessita ainda de uma avaliação técnica e económica integral face a atuais e futuras utilizações da Base e dos restantes equipamentos integrantes.

As estimativas realizadas pelo Governo dos Açores, baseadas precisamente em pareceres das autoridades norte-americanas, apontam para um impacto ambiental que pode ultrapassar os 1.500 M de USD. O que equivale a um esforço financeiro de cerca de 100 milhões de USD/ano durante 15 anos para um cenário de demolição e descontaminação de infra-estruturas nas Lajes.

A forma de lidar com estes efeitos negativos, passa pelo apoio, das autoridades portuguesas (Governo de Portugal e o Governo Regional dos Açores) e norte-americanas, para que se criem as condições necessárias que permitam enfrentar os diferentes desafios e aproveitar as oportunidades existentes para a população e para as mais de 6 mil empresas da Terceira.

O principal desafio assenta na capacidade da economia da Terceira se orientar para o exterior, de forma a ultrapassar as limitações naturais associadas ao facto de ser uma ilha e de ter um mercado local de pequena dimensão, o que dificulta o aproveitamento de economias de escala.

As medidas explicitadas visam precisamente aumentar as alternativas disponíveis para a Terceira. As propostas apresentadas não só darão respostas imediatas que permitirão atenuar os efeitos negativos da redução de efetivos nas Lajes como criarão condições para que exista uma alteração estrutural da sua economia.

O apoio financeiro, conjugado com o Portugal 2020 (os Açores poderão dispor de 1.440 M€, 1,75 vezes o PIB da Terceira), permitirão dar resposta a estes desafios e oportunidades e implementar as medidas necessárias ao desenvolvimento da Terceira.

Anexo 1: Participação de *Stakeholders*

- Administração do porto da Praia da Vitória
- Associação Agrícola da Ilha Terceira
- Associação de Jovens Agricultores Terceirenses
- Caixa Económica da Misericórdia dos Açores
- Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
- Câmara Municipal da Praia da Vitória
- Centro de Biotecnologia dos Açores
- Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores
- Comissão dos Trabalhadores da Base das Lajes
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Grupo Bensaúde
- Grupo José Tomás da Cunha
- Pronicol / Unicol
- Prof. Tomás P. Dentinho / Prof. João Borba
- SATA
- Secretaria Regional do Turismo & dos Transportes, Obras Públicas, Comunicações e Energia
- US Air Force 65th ABW (Air Base Wing)

Anexo 2: Análise de Sensibilidade ao Impacto Económico

Este anexo, apresenta o impacto nas estimativas de emprego e de despesa, resultante da variação de algumas hipóteses do modelo apresentado. É também apresentada uma forma alternativa de cálculo do impacto na coleta de IVA.

A. Multiplicador do emprego da Base (valor base: 1,76)

A tabela seguinte apresenta o impacto no emprego e na despesa por cada aumento de 0.01 no multiplicador (uma redução teria o efeito simétrico):

Cenário	Redução emprego PT total (% pop. empregada)	Redução PIB (% PIB)
592 EUA	0,030 p.p.	0,006 p.p.
592 EUA + 100 PT	0,035 p.p.	0,007 p.p.
592 EUA + 200 PT	0,040 p.p.	0,008 p.p.
592 EUA + 300 PT	0,045 p.p.	0,008 p.p.
592 EUA + 400 PT	0,050 p.p.	0,009 p.p.
592 EUA + 500 PT	0,056 p.p.	0,010 p.p.

B. Percentagem de rendimento gasta na economia local

- Despesas de americanos da Base (valor base: 41%)

Um aumento (redução) de 1 ponto percentual na percentagem de rendimento gasta na economia local traduz-se num aumento (redução) de 0,04 pontos percentuais na estimativa de impacto do PIB (em percentagem).

- Despesas de portugueses (valor base: 92%)

O impacto do aumento em 1 ponto percentual na percentagem de rendimento gasta na economia local traduz-se no seguinte aumento da redução percentual do PIB (uma redução teria o efeito simétrico):

Cenário	Redução PIB (% PIB)
592 EUA	0,002 p.p.
592 EUA + 100 PT	0,003 p.p.
592 EUA + 200 PT	0,004 p.p.
592 EUA + 300 PT	0,005 p.p.
592 EUA + 400 PT	0,007 p.p.
592 EUA + 500 PT	0,008 p.p.

C. Estimativa alternativa da coleta de IVA

Em alternativa ao uso da taxa efetiva, é possível estimar a redução na coleta de IVA, aplicando a estrutura de consumo por taxa de IVA - *taxa nula, taxa reduzida, taxa intermédia e taxa normal* – à redução esperada de consumo. Para isso, é necessário, numa primeira fase, estimar essa estrutura de consumo por taxa⁴⁶. Tendo em conta as limitações de dados existentes, essa estimativa é feita com dados nacionais. Assim, utilizam-se dados das *Despesas de consumo final das famílias no território económico por tipo de bens e serviços* relativos a 2011⁴⁷, procurando associar a taxa de IVA correspondente a cada categoria de consumo de bens e serviços (de acordo com os regulamentos em

⁴⁶ Fontes: Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado* (Listas I e II); PwC, *Guia Fiscal PwC 2014*.

⁴⁷ Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2011).

vigor em 2015). A atribuição de taxas por tipo de bens e serviços está sumariamente apresentada nas tabelas seguintes:

Categoria de consumo	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	Vestuário e calçado	Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	Saúde
Taxa de IVA a aplicar	Taxa reduzida	Taxa normal	Taxa normal	Taxa nula	Taxa reduzida	Taxa nula
				Taxa reduzida		

Categoria de consumo	Transportes	Comunicações	Lazer, recreação e cultura	Educação	Restaurantes e hotéis	Bens e serviços diversos
Taxa de IVA a aplicar	Taxa reduzida	Taxa normal	Taxa intermédia	Taxa nula	Taxa reduzida	Taxa nula
	Taxa normal				Taxa normal	Taxa normal

No que diz respeito à categoria *Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis*, é importante proceder à separação entre taxa nula e taxa reduzida, uma vez que:

- A componente rendas⁴⁸ que integra esta categoria tem um peso de 20%⁴⁹ e está isenta de IVA;
- Em geral, sobre as restantes componentes recai a taxa reduzida.

Relativamente aos *Transportes*, tem-se que:

- A rubrica *Serviços de transporte* representa cerca de 10% do total, aplicando-se a taxa reduzida;
- Sobre as rubricas *Aquisição de veículos pessoais* e *Despesa com a utilização de veículos pessoais* incide a taxa normal de IVA.

A categoria *Restaurantes e hotéis* também deve ser alvo de uma divisão, da seguinte forma:

- Os *Serviços de catering*, representando cerca de 96% do total desta categoria, são admitidos à taxa normal de IVA;
- Aos *Serviços de alojamento* é aplicada a taxa reduzida.

Por fim, quanto à rubrica *Bens e serviços diversos*, considera-se que:

- Sobre os *Seguros*, *Serviços Financeiros* e *Serviços de Proteção Social* (cerca de 50% do total) recai a taxa nula;
- Nas restantes componentes, aplica-se a taxa normal.

Assim, chega-se à seguinte estrutura de consumo final, utilizando o regime de IVA de 2015 (aplicado à estrutura de consumo de 2011):

Estrutura do consumo final, por taxas de IVA	2011
Taxa normal	47%
Taxa reduzida	31%
Taxa intermédia	8%
Taxa nula	15%

⁴⁸ Exclui-se da análise a componente de *Arrendamento fictício*.

⁴⁹ Proporção calculada com base no peso das rendas referenciado no *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2010/2011 (INE)*. O mesmo raciocínio foi utilizado no cálculo de outros pesos quando necessário, para permitir uma decomposição dentro de cada categoria de bens e serviços.

De acordo com a tabela acima e a redução de despesa de consumo esperada, quantificou-se o impacto esperado na diminuição da coleta do IVA, utilizando as taxas de IVA atualizadas para 2015 e correspondentes à Região Autónoma dos Açores.

2015	RAA
Taxa normal	18,25%
Taxa reduzida	5%
Taxa intermédia	10%
Taxa nula	0%

Tendo em conta estas hipóteses, estima-se que a redução do contingente americano em 592 efetivos tenha um impacto na redução da coleta de IVA de cerca de 2,5 milhões de euros. Por cada decréscimo adicional de 100 empregos portugueses na Base, essa redução de coleta de IVA aumenta em cerca de 0,3 milhões de euros. Esta metodologia implica, assim, uma taxa efectiva de IVA de 9,4% (o que compara com 13,4% no modelo base).

Anexo 3: Benchmarking de Situações Similares

A informação disponível e recolhida relativamente a outros exemplos de apoios com fundos públicos, para minorar os efeitos negativos de catástrofes naturais, acidentes ou encerramentos de bases em outros locais, mostra que existe alguma dificuldade em avaliar *a priori* a dimensão financeira adequada para uma intervenção.

A tabela seguinte apresenta exemplos de situações, que resultariam num efeito económico negativo a nível regional, caso não houvesse qualquer intervenção, incluindo a informação relacionada com a redução de efetivos na Base das Lajes.

Dado que a gravidade das situações é bastante díspar, como se pode confirmar pela diferente natureza das situações e pelo valor dos prejuízos estimados por habitante e que a informação é incompleta, não é possível a sua comparação direta.

Benchmarking de situações similares (valores a preços do ano)

Situação	População Afetada (hab)	Prejuízos Estimados (M €)	Prejuízos Estimados (% PIB)	Apoios Previstos (M €)	Apoios Executados (M €)	Prejuízos Estimados (€ per capita)	Apoios Previstos (€ per capita)	Apoios Executados (€ per capita)	Rácio Apoios Executados / Prejuízos Estimados
Intempéries na Madeira (2010-2014) *	203.938	1.080	20,7% Madeira	425	326	5.296	2.084	1.600	30,2%
Sismo dos Açores (1998-2013)	30.122	143	8,3% Açores	153	139	4.747	5.079	4.615	97,2%
Desemprego no Vale do Ave (2005-2007)	40.628	-	-	59	59	-	1.452	1.452	50%**
Reconversão de Bases Militares na Renânia N. Vestefália (1990-2001)	104.000	650	0,2% Renânia	-	650	6.250	-	6.250	100%
Sismo de Áquila (2009-2014)*	144.415	10.000	34,5% Abruzzo	11.223	1.122***	69.440	77.714	7800***	10%***
Furacão Katrina (2005-2013)*	1.200.000	125.000	11% Estadual 1,2% EUA	96.750	90.818	104.167	80.625	75.682	72,7%
Redução de Actividade Base das Lajes (2015)	56.641	47	5,7% Terceira	-	-	830	-	-	-

* o programa de apoio ainda está a decorrer. ** rácio nº desempregados abrangidos/nº desempregados total. *** valor estimado

A tabela mostra que o rácio de apoios executados sobre prejuízos estimados aponta para valores inferiores a 100%. Este valor não considera o efeito multiplicador positivo dos apoios nas economias locais, que é difícil de estimar.

Esta relação é válida para os casos associados a catástrofes naturais que destruíram uma parte significativa do património de uma região. Nestas ocorrências, verifica-se que os apoios canalizados para a recuperação das regiões (excluindo apoios imediatos de emergência), aproximam-se mas nunca atingem o valor estimado dos prejuízos.

Estes exemplos não coincidem com a especificidade da redução de efetivos na Base das Lajes, que não implica destruição física de património, justificando-se desta forma o seu menor efeito económico negativo, uma vez que o prejuízo *per capita* estimado é inferior ao verificado nos restantes casos. No entanto, os restantes exemplos também não consideram os mecanismos habituais de proteção do rendimento (subsídio de desemprego e pensões) e que poderão ser ativados no caso das Lajes.

Se o cálculo dos apoios *per capita* for feito em relação à população diretamente afetada, e não em relação à população da região afetada, não altera a dificuldade de comparação (tabela seguintes com valores a preços de 2015). Em alguns casos, a informação é incompleta (e.g. não inclui subsídios de desemprego), a duração dos programas varia, e as situações nos Açores e Madeira apresentam valor *per capita* superior porque correspondem à destruição física e recolocação de imóveis e equipamentos.

Evento	Período de referência	Natureza prejuízos	Ajuda económica M€	Ajuda económica / prejuízos estimados	Número de pessoas directamente afectadas	Duração do apoio (anos)	Natureza dos apoios	Ajuda económica total por pessoa afectada (€)
Vale do Ave <i>Encerramento de empresas dos sectores têxtil e vestuário</i>	2005-2006	Desemprego e consumo	69	(1) 50%	20.300	2	Formação e requalificação; apoio ao empreendedorismo	3.374
Bases na Alemanha <i>Encerramento Renânia N. Vestefália</i>	1990-2000	Desemprego e consumo	820	(2) -	26.000	10	Promoção de Habitação; Apoios à Ciência e Tecnologia; Reversão do imobiliário para empresas; Requalificação Urbana; Promoção de Emprego	31.538
Madeira <i>Intempéries</i>	2010-2014	Destruição imóveis e equipamentos	326	(3) 30,2%	3.371	4	Reconstrução de imóveis e equipamentos	96.707
Açores <i>Sismo</i>	1998-2013	Destruição imóveis e equipamentos	139	(4) 97,2%	1.808	15	Reconstrução de imóveis e equipamentos	76.881

(1) Valor a preços de 2015 associado ao Plano de Intervenção para o Vale do Ave. Não inclui subsídios de desemprego. Rácio nº de desempregados abrangidos / total

(2) Valor a preços de 2015 do investimento público ao longo de 10 anos

(3) % sobre estimativa global de prejuízos: 1.080 M€

(4) % sobre ajuda estimada inicialmente: 143 M€

Os casos da tabela são resumidamente apresentados a seguir.

Intempéries na Madeira (2010-2014)

- Prejuízos avaliados em 1.080 milhões € (20,7% do PIB da Madeira⁵⁰, 5.296 €/hab. dos 4 concelhos afetados). Apoio para 100% dos prejuízos, 340 milhões € (31,5%) do Orçamento Regional e os restantes 740 milhões € (68,5%) da seguinte forma:
 - Transferências do Orçamento do Estado - 50 milhões €/ano entre 2010 e 2013, total de 200 M€;
 - Reforço do Fundo de Coesão - 265 milhões €;
 - Linha de crédito junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) - limite anual de 62,5 milhões € entre 2010 e 2013, e total de 250 milhões €;
 - PIDDAC - 25 M€, dos quais 15 milhões € através do IHRU e 10 milhões € pelo IAPMEI.
- Entre 2010-2013, verbas consignadas de 425 milhões € (2084€/hab.), 39,4% do valor inicial, 314,7 M€ do Governo de Portugal e 110,3 M€ do orçamento regional. Montante executado de 326,2 milhões € (77% do total orçamentado). Programa de apoio a decorrer.

Sismo nos Açores (1998-2013)

⁵⁰ INE, Contas Regionais 2010-2011

- Principais prejuízos nas ilhas do Faial (14.920 hab.) e Pico (15.202 hab.)⁵¹ superiores a 140 milhões € (8,3% do PIB dos Açores⁵², 4.747€/hab.).
- O Governo Regional instaurou um Regime Excecional de Apoios Financeiros em participações a fundo perdido, ou em financiamentos sob a forma de créditos reembolsáveis a taxas de juro bonificadas. O Plano de Médio Prazo 2001-2004 apresentou uma dotação de 153 milhões € (5.079 €/hab.), com um peso médio de 14,9% no investimento público regional. Até final de 2007, num total de 15 programas, foram executados 139 milhões € (4.615 €/hab.).
- O Governo de Portugal, através do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, transferiu um montante total de 74 milhões € (53% do valor global) para o Orçamento Regional entre 2003 e 2011, cerca de 2.457 €/hab.
 - O Governo de Portugal concedeu apoios no âmbito de programas comunitários (PEDRAA II e PIC REGIS II):
 - 16,4 M€ com co-financiamento FEOGA-O, para recuperação do parque habitacional afetado e reabilitação da prestação de serviços sociais, em zonas rurais;
 - 10 M€ com co-financiamento FEDER, para os prejuízos em infraestruturas públicas.

Desemprego no Vale do Ave (2005-2007)

Pelo Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE), da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), foram investidos 59 milhões € entre 2005 e 2006, abrangendo um total de 20 300 pessoas, o que correspondeu a mais de 50% dos desempregados da região e a um apoio de 2906 €/desempregado abrangido, 1452 €/desempregado e 114 €/hab⁵³. No final do programa, o número total de desempregados foi reduzido em cerca de 25%.

Reconversão das Bases Militares na Alemanha (1990-2001)

- Existiam 250.000 militares norte-americanos em 1989⁵⁴, que conjuntamente com familiares e funcionários civis perfaziam um total de 600.000 norte-americanos, em média 2,9% das populações locais (NUTS III, localidades com mais de 150.000 hab). Os funcionários civis alemães das bases representavam em média cerca de 0,5% do emprego local.
- Nos anos 90, o número de militares norte-americanos foi reduzido para 85.000 (-66%), baixando o total de norte-americanos para perto de 200.000. O processo demorou 6 anos, envolvendo grupos de bases faseadamente (redução ou encerramento). Estudos estimam redução entre 0,4 e 0,7% do emprego local após o encerramento de cada base. Efeitos negativos potenciados por:
 - Redução cambial de 50% do dólar face ao marco entre Março de 1985 e o início dos anos 90, rácio que permaneceu até ao início do euro;
 - Custos da reunificação de 300.000 milhões €, aplicado imposto de solidariedade de 7,5% do lado ocidental para a reconstrução do lado oriental, com uma taxa de desemprego de 25%.
- Implementadas políticas estruturais (desenvolvimento regional, conversão de infraestruturas, requalificação urbana) e de emprego (estímulo à criação de emprego, formação profissional)⁵⁵.

⁵¹ Serviços Regionais de Estatística dos Açores, valores de 2003.

⁵² INE, Contas Regionais 1995-1999

⁵³ Para uma população de 519542 hab, conforme Estimativa da População Residente em 31.XII.2004, INE.

⁵⁴ "The Impact of the US Military Drawdown on Local German Labor Market", Jan Moore *et al*, Humbolt Universität, 2012.

⁵⁵ "Brief 13 – Integrierte Arbeitsmarktprojekte auf Konversionsflächen", Bonn International Center for Conversion, 1999.

- O Estado da Renânia do Norte-Vestfália foi o mais atingido⁵⁶, convertidos 271 espaços militares variados após a saída de 84000 militares norte-americanos e a perda de 26000 postos de trabalho civis. Quase todos os espaços numa área total de 8350 ha tiveram uso civil passados 5 anos, desde oficinas de manutenção ferroviária até dormitórios, tendo sido criados 9480 postos de trabalho.
- Para tal, conforme o grupo de trabalho criado⁵⁷ pelas autoridades deste Estado, foi necessário um investimento público de 650 milhões € ao longo de 10 anos (7750 €/ militar americano retirado):
 - Cerca de 14% financiado por programas europeus de apoio às regiões alvo de reduções de despesas militares após o fim da Guerra Fria (KONVER I/II), entre 1993 e 2001, total de 92 milhões € (1095 €/militar americano retirado);
 - Para a requalificação de 8385 fogos, o que incluiu planeamento, limpeza ambiental e reconstrução de infraestruturas, foram necessários 360 milhões € (42900€/fogo), tendo 3000 fogos sido destinados a habitação social com rendas controladas;
 - A venda dos espaços reconvertidos a civis seguiu em geral um modelo de pagamento do tipo 20% no início + restante pagamento em frações iguais até 9 anos. O Governo Federal, via Ministério do Ambiente, contribuiu com 4 milhões € (1,1% custos requalificação) para projetos de requalificação ambiental, dada a existência de solo contaminado com combustíveis, tintas e resíduos de munições. Os projetos de requalificação urbana orçaram em 40 milhões € (11,1% custos requalificação), valor mais elevado dada a grande dispersão dos espaços militares.
 - Empresas industriais e a empresa pública dos caminhos-de-ferro adquiriram parte dos armazéns e oficinas. Universidades e institutos politécnicos adquiriram a restante parte para laboratórios, salas de aulas e auditórios, tendo o Governo Federal subsidiado 50% de um total de 140 milhões €, no âmbito da criação de uma rede de I&D.
 - Os programas de formação e reconversão de carreiras de civis alemães atingiram 12 milhões € (média de 450 €/trabalhador despedido), pagos pelas autoridades locais, tendo o Governo Federal contribuído com mais 10 milhões € (400 €/trabalhador despedido) em verbas de emergência, para além dos subsídios de desemprego vigentes. Os apoios foram superiores no caso de maiores de 45 anos. Os cursos tiveram duração média de 3 meses.

Sismo de Áquila (2009-2014)

- Atingida a região italiana de Abruzzo, mais de 300 mortos, 1.500 feridos e 67.500 desalojados. Um total de 144.415 habitantes ficou afetado⁵⁸. Prejuízos diretos estimados em mais de 10.000 milhões € (34,5% PIB regional, 69.440 €/hab). O Governo tomou algumas medidas urgentes:
 - Suspensão de 3 meses do pagamento de contribuições para a segurança social
 - Subsídio entre 400€ a 500 € para as famílias desabrigadas
 - Suspensão por 2 meses dos pagamentos de serviços públicos (gás, telefone, eletricidade)
 - Suspensão por 4 meses dos pagamentos de hipotecas
 - Abertura de contas bancárias para a Proteção Civil receber doações
 - 70 milhões € para a reconstrução imediata
- Em 2009, o Parlamento Europeu aprovou um apoio de 3.995 €/hab (6% dos prejuízos):
 - 494 milhões € do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE);

⁵⁶ "Handbook of Defense Economics", Todd Sandler *et al*, North Holland, 2010.

⁵⁷ "Zehn Jahre Truppenabzug und Konversion in Nordrhein-Westfalen", Interministerielle Arbeitsgruppe Truppenabbau der Landesregierung Nordrhein-Westfalens, Düsseldorf, 2000; (1€ = 1,95583 DM).

⁵⁸ "Socio-Economic Resilience of the L'Aquila Community in the Aftermath of the 2009 Earthquake", A.Rossi *et al*, 2012.

- 83 milhões € do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do período 2007-2013, foi excepcionalmente disponibilizado.
- Em 2012, o Governo Italiano atribuiu 10.576 milhões € (106% total, 73.230€/hab) para a reconstrução da totalidade das estruturas em 10 anos. Estima-se que a parcela executada até 2014, adicionada das verbas acima já executadas (647 milhões €), corresponda a <10% Apoios Totais Previstos (1.122 M€).
- Após o sismo, queda de 7% no PIB local e de 4,7% no emprego local. Com as ajudas, o PIB cresceu 4,5% no ano seguinte, mas estagnou com um crescimento nulo nos 2 anos posteriores, tendo o emprego no final do período recuperado para um nível de 98,5%.

Furacão Katrina⁵⁹ (2005-2013)

- Um dos mais devastadores, 1,2 milhões de pessoas evacuadas, 1.800 mortos, 300.000 habitações destruídas e 400.000 desalojados. Prejuízos estimados em perto de 125.000 M€ (104.170€/hab, 11% PIB estadual)⁶⁰, dos quais 30% prejuízos patrimoniais diretos e 15% assistência de emergência. A nível nacional, o PIB teve uma redução em cadeia de 2,5% no 4ºT.
- A partir de 2005, o Governo Federal disponibilizou apoios aos governos estaduais e municipais, empresas e particulares, através de aumentos da despesa e redução de impostos. Dotação adicional superior a 84.750 milhões € (67,5% do total, 70.625€/hab.), para as áreas mais afetadas:
 - 50% para a Federal Emergency Management Agency (FEMA);
 - 20% para o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD);
 - 16% para o U.S. Army Corps of Engineers;
 - 9% para o Departamento de Defesa
- Passados 8 anos, 93% das verbas executado (65.680 €/hab). As despesas em operações e serviços de apoio às populações totalizaram grande parte dos valores disponibilizados de imediato pela FEMA. As despesas na assistência a infraestruturas foram mais prolongadas.

A nível municipal foi implementado o “Unified New Orleans Plan” (UNOP) em 2006, um plano para a recuperação das infraestruturas urbanas e reconstrução dos bairros de forma mais sustentável, de iniciativa pública e privada, com uma verba de 12.000 milhões € (9,6% total, 10.000 €/hab).

⁵⁹ Inclui também os furacões Rita e Wilma, já que o programa de apoio foi definido em conjunto.

⁶⁰ Em 2005, taxa de câmbio 1€ = 1,18 \$, PIB Estadual = \$168 biliões, PIB EUA = \$124.00 biliões.

Bibliografia

- Bonn International Center for Conversion (1999), "Brief 13 – Integrierte Arbeitsmarktprojekte auf Konversionsflächen".
- Borba, J. e Dentinho, T. (2011), "Monetary impact assessment of Lajes Field drawdown through the application of a spatial interaction model coupled with hedonic methods", Universidade dos Açores.
- Congressional Budget Office (1992), "Environmental Cleanup issues associated with closing military bases", Congressional Budget Office (CBO) Papers.
- Çubukçu, K. M. (2011), "The spatial distribution of economic base multipliers: A GIS and spatial statistics-based cluster analysis", Department of City and Regional Planning Dokuz Eylul University, VOL: 8 NO: 2, 49-62 2011-2.
- Davies, S. e Davey, J. (2007): "A regional multiplier approach to estimating the impact of cash transfers: The case of cash aid in rural Malawi", University of Bath, Concern Worldwide, Munich Personal RePEc Archive (MPRA)Paper.
- Fortuna, M., Bayar, A., Sisik, S., Mohora, C. e Rege, S. (2006), "Impacts of closure of a military base on a small open island open economy", CEEAplA – Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, WP nº 10/2006.
- Gibson, L. e Worden, M. (1981), "Estimating the Economic Base Multiplier: A Test of Alternative Procedures", *Economic Geography*, 57(2), 146–159.
- Governo Regional dos Açores (2015), "Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira".
- Harris, T., Narayanan, R., Raffiee, K. e Qi, Q. (1992), "A Historical application of the Export-Base Model: Economic impacts of an Indian Reservation", *The Review of Regional Studies*, 186-198.
- Interministerielle Arbeitsgruppe Truppenabbau der Landesregierung Nordrhein-Westfalens (2000), "Zehn Jahre Truppenabzug und Konversion in Nordrhein-Westfalen", Düsseldorf.
- Moore, Ian et al (2012), "The Impact of the US Military Drawdown on Local German Labor Market", Jan Moore et al, Humboldt Universität.
- Moretti, E. e Thulin, P. (2013), "Local Multipliers and Human Capital in the United States and Sweden", *Industrial and Corporate Change*, 22(1), 339–362.
- Mulligan, G. (2008), "A New Shortcut Method for Estimating Economic Base Multipliers", *Regional Science Policy & Practice*, 1(1), 67–84.
- Nishiyama, Y. (1997), "Exports' Contribution to Economic Growth: Empirical Evidence for California, Massachusetts, and Texas, Using Employment Data", *Journal of Regional Science*, 37(1), 99–125.
- Paiva L, Lima E, Neto AI, Baptista J, 2013, "Pesquisa de péptidos em Macroalgas dos Açores com potencial atividade inibitória da Enzima Conversora da Angiotensina I (ACE). Extração, purificação, caracterização e avaliação da sua atividade anti-hipertensiva", Jornadas "Ciência nos Açores - que futuro?", 7-8 Junho, Ponta Delgada, CVS-P-06, p.137-138.
- Rossi, A. et al (2012), "Socio-Economic Resilience of the L'Aquila Community in the Aftermath of the 2009 Earthquake".
- Sandler, Todd et al (2010), "Handbook of Defense Economics", North Holland.
- Ullman, E., e Darcey, M. (1960), "The Minimum Requirements Approach to the Urban Economic Base", paper, *Regional Science Association* 6: 174-194.
- United States General Accounting Office (1995), "Military Bases: Environmental impact at Closing Installations", United States GAO - Report to Congressional Requesters.